

REVISTA DE SEGUROS

• GOVERNO ADOTA ATÉ 2026
18 MEDIDAS PARA REDUZIR
CUSTO BRASIL EM R\$ 530 BI

• REGULAMENTAÇÃO DA IA:
USO FICA MAIS CONTROLADO
NO MERCADO SEGURADOR

• RECURSOS BILIONÁRIOS
ACELERAM RECUPERAÇÃO DO RIO
GRANDE DO SUL APÓS ENCHENTES

**DA INDÚSTRIA
AOS SEGUROS:
QUEM SURFA NA
ONDA DO ACORDO
MERCOSUL/UE?**

MERCOSUL



06

ENTREVISTA

A secretária de Competitividade e Política do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Andrea Macera, destaca as ações do governo para reduzir o Custo Brasil, estimado em R\$ 1,7 trilhão.



30

MÉDICOS/SAÚDE

AMB critica a formação dos médicos no Brasil, que considera muito precária, e diz que os profissionais buscam nos anos de residência médica os conhecimentos que deveriam ter adquirido no período de formação.



18

MARCO LEGAL DA IA

A regulamentação da Inteligência Artificial deve impactar processos internos das seguradoras e possibilitar um controle maior no uso da ferramenta cada vez mais estratégica para precificar riscos e gerenciar sinistros.



10

MERCOSUL/UE

Acordo comercial entre Mercosul e União Europeia deve elevar o PIB brasileiro em US\$ 9,3 bilhões até 2040 e impactar os investimentos no País. Os setores de seguros e resseguros devem se beneficiar dos aportes esperados.

22

CASA DO SEGURO

Espaço criado pela CNseg para debates e troca de experiências faz parte das iniciativas previstas para a COP30 e mira o reconhecimento mundial do papel do seguro nas ações de adaptação e mitigação dos impactos do clima.



14

ENCHENTES NO RS

O estado que amargou perdas estimadas em R\$ 100 bilhões passa por um processo surpreendente de reconstrução, alimentada por recursos públicos bilionários, investimentos privados e seguros contratados.

28

OCDE

Apesar de ter oficializado sua candidatura em 2017, o Brasil não priorizou a adequação a instrumentos basilares exigidos dos membros da OCDE, o que retarda seu ingresso no organismo internacional.

40

REGULAMENTAÇÃO

O Marco Legal de Seguros e a Lei das Cooperativas, aprovados em 2024 e 2025, respectivamente, ajudarão a aumentar a participação do mercado no PIB. Seguradoras terão 30 dias para indenizar o cliente.



Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Roberto de Souza Santos

1º VICE-PRESIDENTE

Ivan Luiz Contijo Junior

VICE-PRESIDENTE

Luciano Soares e Pablo dos Santos Meneses

VICE-PRESIDENTES NATOS

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade,
Denis dos Santos Moraes, Edson Luis Franco e Manoel
Antonio Peres

DIRETOR-PRESIDENTE

Dyogo Oliveira

DIRETORES

Eduard Folch Rue, Eduardo Nogueira Domeque, Eduardo
Stefanello Dal Ri, Erika Medici Klaffke, Felipe Costa da
Silveira Nascimento, Francisco Alves de Souza, Helder
Molina, José Adalberto Ferrara, Leonardo Deeke
Boguszewski, Marcelo Malanga, Patricia Andrea Freitas
Velloso dos Santos, Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão,
Pedro Pereira de Freitas, Ullisses Christian Silva Assis

REVISTA DE SEGUROS

Veículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

EDITORIA-CHEFE

Carla Simões - Jornalista 27138

EDITORES EXECUTIVOS

Clovis Horta e Vagner Ricardo

EDITOR DE IMAGEM

Kleber Batista Mattoso

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Alexandre Leal, Carla Simões, Dyogo Oliveira, Genildo
Lins, Glauce Carvalhal

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação

COLABORADORES

Cézar Faccioli, João Maurício Carneiro, Mário Moreira,
Michel Alecrim, Renata Batista e Vagner Ricardo.

FOTOGRAFIA

Arquivo CNseg, arquivo pessoal, banco de imagens
Google, CBJ, COB, divulgação de empresas e Wagner
Carmo CBAt.

PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA

Kleber Batista Mattoso

DIAGRAMAÇÃO

Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência Executiva de Comunicação e
Marketing da CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
<https://revistadeseguros.cnseg.org.br/>
E-mail: claudiamara@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadral/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

PERIODICIDADE

Trimestral

CIRCULAÇÃO

Digital: 4.000 destinatários
Impressa: 2.000 destinatários

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Quer receber
as principais
ações e
notícias sobre
o setor de
seguros?



Aponte o seu celular
para se cadastrar no
WhatsApp da CNseg





ACORDO MERCOSUL/UE PODE AJUDAR BRASIL A MITIGAR EFEITOS DA GUERRA COMERCIAL GLOBAL

Em meio à escalada da guerra comercial global, a reportagem de capa da Revista de Seguros revisita o acordo Mercosul/UE e debate os benefícios que poderá produzir na economia brasileira, além dos desafios que impõe aos setores mais expostos à concorrência.

O acordo é um anteparo para o País por favorecer o crescimento do mercado de trabalho e garantir o avanço de quase meio ponto percentual do PIB nacional, no prazo de 15 anos, conforme analisa a reportagem. No caso de seguros, pode elevar a expansão do mercado em que a integração e a competição já estão incorporadas à rotina das seguradoras e resseguradoras. Contudo, ao longo da regulamentação do acordo, a reação das duas maiores economias do planeta, Estados Unidos e China, pode gerar turbulências a seu pleno funcionamento, dizem especialistas.

Também tratamos da candidatura brasileira como membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômi-

co (OCDE), apresentada em 2017. Hoje, o chamado Clube dos Ricos reúne 38 países. O ingresso na OCDE é visto como um selo de qualidade por investidores estrangeiros. O País avança na adesão aos chamados instrumentos basilares avaliados para aprovar as candidaturas – e já cumpriu cem das 253 exigências.

A entrevista desta edição trata das principais ações em curso no País para reduzir o chamado Custo Brasil, que provoca despesas adicionais estimadas em R\$ 1,7 trilhão, reduzindo a competitividade das empresas e a atração de investimentos. Há 41 projetos na Agenda para execução até 2026 – 18 deles com potencial de baixar em cerca R\$ 530 bilhões o custo com despesas desnecessárias.

No Rio Grande do Sul, após quase um ano da maior tragédia ambiental na região, recursos bilionários transformam o estado em um canteiro de obras, com aportes financeiros nas mais diversas áreas. Esses investimentos dos governos federal, estadual e municipais recuperaram empregos, negócios e a esperança de que o Rio

Grande do Sul estará mais bem preparado para novos eventos climáticos extremos. Só o Governo Federal fez repasses de R\$ 141 bilhões.

Principal evento do calendário brasileiro neste ano, a COP30 acena com a chance histórica de o mercado segurador ter protagonismo na transição climática, em investimentos verdes e no fortalecimento da infraestrutura. A criação da Casa do Seguro da CNseg é a ação mais emblemática – o espaço multifuncional a ser instalado em Belém para o evento será palco de debates de enorme relevância sobre sustentabilidade, transição climática e o papel de protagonista que cabe ao mercado segurador.

Os leitores poderão conferir ainda os impactos da regulamentação da Inteligência Artificial no País e o debate sobre a qualidade da formação dos médicos no Brasil, além de conhecer o cenário do mercado segurador argentino em meio à profunda recessão ocorrida em 2024 e, agora, perante os primeiros sinais de recuperação econômica.

Boa leitura!

“A INFRAESTRUTURA PRECÁRIA É UM DOS PRINCIPAIS FATORES DO CUSTO BRASIL”

A secretária de Competitividade e Política Regulatória do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Andrea Macera, destaca as ações para reduzir o Custo Brasil, estimado em R\$ 1,7 trilhão. Entre os avanços, estão projetos como as Debêntures de Infraestrutura e o Programa Navegue Simples; a criação da Letra de Crédito do Desenvolvimento e a Nova Lei de Garantias, que facilitam o acesso a financiamentos; o Documento Eletrônico de Transporte (DT-e); o Observatório do Custo Brasil, que monitora reformas para aumentar a competitividade; e a regulamentação da Reforma Tributária, que pretende simplificar o sistema fiscal. Atração de investimentos e crescimento econômico são esperados com a continuidade dessas iniciativas. Confira a seguir.

O Custo Brasil é comumente citado como um grande obstáculo à competitividade. Que medidas concretas estão em andamento para reduzi-lo?

O Custo Brasil representa os custos adicionais que afetam o ambiente de negócios no

País, incluindo altos encargos tributários, burocracia, ineficiências logísticas e o elevado custo do crédito. Estima-se que esses fatores gerem um impacto negativo de R\$ 1,7 trilhão na economia brasileira, reduzindo a competitividade das empresas e afastando investimentos. Como parte dos esforços para reduzir o Custo Brasil, o MDIC estabeleceu, no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), uma agenda inicial de trabalho com 41 projetos, sendo 17 sob a execução do Grupo de Trabalho para a Redução do Custo Brasil e 24 desenvolvidos em frentes interministeriais. Desse total de projetos da Agenda de Redução do Custo Brasil para execução até 2026, 18 têm um potencial de impacto de cerca de R\$ 530 bilhões, equivalente a 31,1% do Custo Brasil estimado em 2021.

Os principais avanços incluem:

Infraestrutura e Logística:

- Desenvolvimento das Debêntures de Infraestrutura para atrair investimentos privados e ampliar a disponibilidade de infraestrutura.

- Programa Navegue Simples para reduzir a burocracia em outorgas portuárias.

- PL de Mobilidade Urbana para integrar políticas de transporte e modernizar a regulação do setor.

Crédito e Garantias:

- Instituição da Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD) para baratear e diversificar o crédito de longo prazo.
- Nova Lei de Garantias para simplificar execuções e aumentar a segurança jurídica no crédito.

Tributação e Competitividade:

- Regulamentação da Reforma Tributária para simplificação do sistema tributário.
- Revisão do Sistema de Garantias no Código Civil para viabilizar o uso de bens como garantia de crédito.



“O Observatório do Custo Brasil desempenha um papel essencial na identificação, monitoramento e avaliação dos entraves regulatórios que impactam a competitividade do País.”

Gás Natural:

- Decreto do Gás Natural, que prevê transparência no acesso a infraestruturas e coíbe práticas anticoncorrenciais.

O Observatório do Custo Brasil representa um avanço importante na mensuração dos entraves regulatórios. Como ele está sendo utilizado para embasar políticas públicas?

A fim de proporcionar uma visão detalhada do impacto de cada projeto e os avanços necessários para que esses efeitos cheguem de fato ao setor produtivo, nós lançamos, em parceria com o Movimento Brasil Competitivo e a Fundação Getúlio Vargas, o Observatório do Custo Brasil, disponível em www.custobrasil.org.br.

Seis temas estão sendo acompanhados inicialmente: i) acesso a crédito, ii) abertura do mercado de gás natural, iii) ampliação do mercado de energia elétrica, iv) expansão da matriz logística, v) simplificação tributária e vi) expansão de banda larga.

O Observatório desempenha um papel essencial na identificação, monitoramento e avaliação

dos entraves regulatórios que impactam a competitividade do País, pois funciona como uma plataforma de acompanhamento contínuo, fornecendo dados sobre a implementação de projetos, incluindo percentual de execução, órgãos responsáveis, prazos e impactos esperados. Além disso, promove transparência e previsibilidade, permitindo que o setor produtivo acompanhe o progresso das reformas.

De que forma, a digitalização e a simplificação de processos podem impactar diretamente a redução da burocracia para empresas e cidadãos?

São fundamentais para reduzir o Custo Brasil, pois diminuem o tempo e os custos operacionais das empresas e reduzem entraves burocráticos que dificultam o ambiente de negócios. Algumas iniciativas abrangem:

1. Documento Eletrônico de Transporte (DT-e)

- Substitui diversos documentos físicos por um único sistema digital.

- Elimina redundâncias e reduz custos administrativos no transporte de cargas.
- Facilita a fiscalização e melhora a transparência do setor logístico.

2. Programa Navegue Simples (Decreto nº 12.078/2024)

- Visa reduzir o tempo para obtenção de autorizações portuárias.
- Simplifica as outorgas portuárias, estimulando investimentos privados no setor.

3. Nova Lei de Garantias (Lei nº 14.711/2024)

- Permite que ativos sejam usados como garantia de forma mais flexível.
- Facilita o acesso ao crédito por simplificar os trâmites de concessão e execução de garantias.

“Encargos tributários, burocracia, ineficiências logísticas e custo do crédito são fatores que geram um impacto negativo de R\$ 1,7 trilhão na economia, tirando competitividade das empresas e afastando investimentos.”

A infraestrutura deficiente é um dos pilares do Custo Brasil. Quais investimentos e projetos estratégicos estão sendo priorizados para melhorar esse cenário e ampliar sua resiliência e qualidade, com vistas aos extremos climáticos?

A infraestrutura precária no Brasil é um dos principais fatores que elevam o Custo Brasil, impactando a competitividade da indústria e a eficiência logística. Para enfrentar esse problema, o governo está implementando diversas iniciativas voltadas para expansão, modernização e diversificação da matriz de transporte e energia, garantindo maior resiliência diante de eventos climáticos extremos e demandas futuras.

Menciono como projetos estratégicos os seguintes:

1. Investimentos em Infraestrutura e Logística

- a) Debêntures de Infraestrutura (Lei nº 14.801/2024 e Decreto nº 11.964/2024), criadas para atrair investimentos privados em projetos de infraestrutura. Esse instrumento viabiliza a ampliação e a moderni-

A digitalização e a simplificação de processos são fundamentais para reduzir o Custo Brasil, pois diminuem o tempo e os custos operacionais das empresas e reduzem entraves burocráticos.”

zação das malhas rodoviária, ferroviária, portuária e aeroportuária, além de reduzir a dependência do financiamento público para grandes obras.

- b) Programa Navegue Simples (Decreto nº 12.078/2024), que visa agilizar e simplificar processos de autorização para investimentos portuários, reduzindo o tempo para novas concessões e arrendamentos no setor, aumentando a eficiência dos portos e melhorando a competitividade das exportações brasileiras.
- c) Regulamentação do Marco Legal de Cabotagem (Lei nº 14.301/2022), que visa fomentar o uso da cabotagem como alternativa ao modal rodoviário e permite reduzir os custos logísticos e a dependência das rodovias, que são mais vulneráveis a impactos climáticos como enchentes e deslizamentos.
- d) Regulamentação do Marco Legal de Ferrovias (Lei nº 14.273/2021), que estimula a construção de ferrovias privadas, facilita investimentos no setor e permite

a expansão da participação do modal ferroviário, reduzindo custos logísticos e emissões de carbono.

2. Energia e Sustentabilidade

- a) Reforma dos Encargos na Tarifa de Energia Elétrica, que visa racionalizar os encargos que incidem sobre a tarifa de energia elétrica.
- b) Abertura do Mercado Livre de Energia, que tem por objetivo reduzir os custos energéticos para o setor produtivo e torná-lo mais competitivo.
- c) Decreto do Gás Natural (Decreto nº 12.153/2024), que regulamenta a Lei do Gás e aumenta a transparência no acesso a infraestruturas essenciais.

3. Mobilidade Urbana e Sustentabilidade

- a) PL de Mobilidade Urbana (PL nº 3.278/2021), que promove integração entre transporte e urbanismo, melhorando a mobilidade nas grandes cidades, incentivando soluções mais sustentáveis e eficientes para o transporte público e estimula investimentos em infraestrutura de transporte coletivo para reduzir custos operacionais e impactos ambientais.

Existe algum compromisso ou meta específica para reduzir o impacto financeiro do Custo Brasil nos próximos anos?

Sim, o governo estabeleceu metas concretas para a redução do Custo Brasil. O maior impacto será na infraestrutura logística, que pode gerar uma redução de R\$ 224,76 bilhões, por meio da diversificação da matriz de transporte, ampliação do uso de ferrovias e hidrovias, e regulamentação dos Marcos Legais de Cabotagem e de Ferrovias.

No setor energético, a racionalização dos encargos da energia elétrica e a expansão do mercado livre de energia podem gerar uma redução de R\$ 121,3 bilhões. O acesso à banda larga, por meio da modernização de legislações mu-

nicipais e do cumprimento das obrigações do Leilão do 5G, pode proporcionar uma redução de R\$ 69,26 bilhões, incentivando a conectividade digital e a competitividade das empresas. Por fim, a devida regulamentação do mercado de gás natural e a harmonização das regulações estaduais podem gerar uma economia de cerca de R\$ 21 bilhões, tornando esse insumo mais competitivo para a indústria e contribuindo para a redução dos custos de produção. Esses números podem ser acompanhados no Observatório do Custo Brasil.

Como garantir que as reformas regulatórias sejam implementadas de forma eficiente sem gerar insegurança jurídica para os empresários?

Para isso, é essencial que haja clareza, previsibilidade e estabilidade no processo legislativo, que pode ser alcançado por meio de consultas públicas e diálogo contínuo com o setor produtivo, permitindo que os impactos das mudanças sejam amplamente debatidos antes da implementação.

Também é fundamental que as reformas sejam conduzidas dentro de um arcabouço normativo bem definido, evitando mudanças abruptas ou contradições com leis já existentes. A criação de mecanismos de monitoramento e avaliação contínua também é crucial para identificar possíveis ajustes sem comprometer a segurança jurídica.

A carga tributária complexa é um dos fatores que elevam o Custo Brasil. Há avanços neste campo que possam trazer alívio ao setor produtivo?

Sim. A regulamentação da Reforma Tributária prevê a criação dos impostos IBS, CBS e IS para unificar tributos, a harmonização das regras tributárias entre estados e municípios e a redução de custos de conformidade para empresas.

De que forma a iniciativa privada pode contribuir para a construção de um ambiente de negócios mais competitivo?

Por meio do diálogo ativo com o setor público, participando de consultas públicas, sugerindo melhorias regulatórias e colaborando na formulação de políticas que tornem o mercado mais eficiente.



Países que conseguiram reduzir seus custos sistêmicos adotaram medidas inovadoras. Há alguma experiência internacional que sirva de referência para o Brasil?

Diversos países ao longo do tempo adotaram medidas para reduzir seus custos sistêmicos, aprimorando a eficiência regulatória, a infraestrutura e o ambiente de negócios. Essas experiências variam conforme o contexto econômico, político e social de cada nação, mas muitas envolvem reformas tributárias, desburocratização de processos administrativos, investimentos em tecnologia e digitalização, além do fortalecimento de parcerias entre os setores público e privado. Algumas dessas práticas são amplamente estudadas e debatidas, podendo servir como referência para ajustes e melhorias conforme as particularidades e desafios enfrentados.

Qual é a expectativa de impacto das ações em andamento na atração de investimentos e no crescimento econômico do País nos próximos anos?

As ações em andamento têm o potencial de influenciar positivamente a atração de inves-

“O governo estabeleceu metas concretas para a redução do Custo Brasil. O maior impacto está na infraestrutura logística, que pode gerar uma redução de R\$ 224,76 bilhões no impacto negativo.”

timentos e o crescimento econômico do País nos próximos anos. Medidas voltadas para a melhoria do ambiente de negócios, a modernização regulatória e a ampliação da infraestrutura podem contribuir para um cenário mais previsível e atrativo para investidores. Além disso, a simplificação de processos e a redução de custos sistêmicos tendem a fortalecer a competitividade das empresas, incentivando o aumento da produtividade e a geração de empregos. No entanto, o impacto efetivo dependerá sobretudo da continuidade e da completa efetivação das iniciativas.

Há novas ações previstas para este ano no campo da competitividade?

Sim, há ações previstas, incluindo o avanço na abertura do mercado livre de energia e a reforma dos encargos na tarifa de energia elétrica. Além disso, estão em andamento a regulamentação da reforma tributária e a tramitação do PL de Mobilidade Urbana (PL nº 3.278/21) e demais ações já abordadas anteriormente. Essas medidas fazem parte de um esforço contínuo para reduzir custos estruturais e aumentar a eficiência do ambiente de negócios.

ACORDO MERCOSUL/UE CRIA OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA OS SEGUROS

Grau de integração alcançado pelo mercado segurador antes da formalização do acordo é um trunfo do setor, mas há desafios regulatórios importantes entre os dois blocos.

O histórico acordo comercial entre Mercosul e União Europeia (UE), firmado após 25 anos de tratativas, promete transformar o panorama econômico dos países do Cone Sul. Envolvendo um PIB conjunto trilionário, o tratado prevê a ampliação de exportações e investimentos, sobretudo no agronegócio e nas grandes obras de infraestrutura. A expansão do comércio internacional impulsionará a demanda por seguros e resseguros, especialmente em setores estratégicos como energia, transportes e agronegócio.

O mais amplo acerto do gênero negociado pelo bloco do Cone Sul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) envolve um Produto Interno Bruto (PIB) somado de US\$ 22 trilhões. Responsável por 80% do comércio entre os dois blocos, o Brasil terá maiores reflexos no crescimento do PIB e na corrente de comércio com os parceiros do Velho Mundo, de acordo com estudos do Ins-

tituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Em uma década e meia, portanto, até 2040, o acordo levaria ao crescimento de 0,46% do PIB brasileiro, o equivalente a US\$ 9,3 bilhões. O impacto seria ainda mais significativo sobre os investimentos, com aumento de 1,49%.

Na balança comercial, o Brasil teria um ganho de US\$ 306,2 milhões, ante US\$ 169,2 milhões nos demais países do Mercosul, e uma queda de US\$ 3,44 bilhões na União Europeia. O aumento das exportações brasileiras seria contínuo, até alcançar um pico de US\$ 12,8 bilhões em 2034.

O avanço seria resultado da combinação de três fatores: queda das tarifas de importação da UE, crescimento das cotas concedidas pelo bloco europeu para exportadores brasileiros e, por último, mas não por fim, redução do custo doméstico de insumos e de bens de capital fabricados no País, devido à queda das tarifas alfandegárias praticadas no Mercosul.

A perspectiva é de aumento das possibilidades para o Seguro Garantia e Seguro de Crédito, na esteira da ampliação do crédito rural para o agronegócio exportado.

O estudo do Ipea projeta um impacto significativo sobre o valor da produção e o nível de emprego no Brasil. Esses efeitos, contudo, não são distribuídos igualmente para todos os segmentos



e atividades. As perdas tendem a se concentrar na área industrial, com destaque para o setor de máquinas e equipamentos, produtos eletroeletrônicos, metais ferrosos, fármacos e medicamentos, produtos de metal, artigos de vestuário e acessórios, veículos e material de transporte.

No caso dos seguros, a perspectiva é de aumento das possibilidades para o Seguro Garantia e Seguro de Crédito, na esteira da ampliação do crédito rural para o agronegócio exportador.

A principal abertura de horizontes de novos negócios para as seguradoras virá, contudo, da atração de investimentos em energia limpa e infraestrutura de transportes e logística. Para Ilan Goldberg, professor convidado da Escola do Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio), grandes projetos de infraestrutura, como usinas hidrelétricas, ferrovias e hidrovias, não saem do papel sem o respaldo firme de contratos de seguro e resseguro, para proteção contra riscos.

O destaque conferido no acordo à agenda socioambiental, coerente com a defesa brasileira de compromissos mais ousados de redução das emissões de carbono e combate à desigualdade econômica entre as regiões em desfavor do Sul Global, abre espaço para o desenvolvimento de seguros especializados.

Desastres como os de Brumadinho e Mariana, em que danos sociais se somaram aos efeitos econômicos devastadores sobre o valor de mercado e o caixa das empresas envolvidas, ilustram bem a importância dessa frente. A crescente e preocupante exposição de dados pessoais, num contexto de disputas regulatórias e geopolíticas no rastro da expansão do poderio das *big techs*, dirige o foco a outro segmento de grande potencial de expansão: o seguro para riscos cibernéticos, como o desvio de dados e a invasão de centrais por *hackers*.

● ● ● HIDROGÊNIO VERDE

O Brasil tem vantagens comparativas para tecnologias de baixo carbono, como a produção do chamado 'hidrogênio verde', que gera vapor d'água na combustão, mas, para ser ambientalmente adequado, não aceita o uso de combustível fóssil na quebra da molécula de água. Pela ampla oferta e pelo potencial de geração eólica e solar, o Brasil tem tudo para atrair alguns dos maiores projetos de hidrogênio verde. Com metas ambientais ambiciosas, como a redução drástica de emissões poluentes pelos transportes até 2030, a União Europeia precisa de parcerias nessa área, como destaca o economista Adhemar Mineiro.

Representante do Dieese e de centrais sindicais nas discussões paralelas da Alca e da preparação do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, Mineiro ressalva que as projeções disponíveis sobre os impactos do acordo partem de modelos estáticos.



“Ao longo das negociações para a regulamentação do acordo, que ainda espera aprovação dos parlamentos para entrar em vigor, será necessário levar em conta a reação de outros atores do cenário global, como os Estados Unidos (às voltas com a guinada imposta pela eleição de Donald Trump) e a China, ao mesmo tempo maior mercado e principal investidora nos países do Mercosul”, diz Mineiro.

Mesmo com as ressalvas quanto ao dinamismo do cenário internacional, em momento de forte turbulência, a maior parte dos analistas converge quanto aos setores mais capazes de se beneficiar a curto prazo da conclusão do acordo Mercosul/UE. A grande maioria dos setores do agronegócio brasileiro apresentaria ganhos significativos com a redução de barreiras alfandegárias.

A própria resistência de bancadas parlamentares ligadas a produtores agropecuários em países como França e Polônia ilustra a competitividade brasileira. O desafio é atender aos padrões sanitários e ambientais mais rigorosos do que os nacionais, além de ficar exposto ao monitoramento internacional de quaisquer

“Ao longo das negociações para a regulamentação do acordo, será necessário levar em conta a reação de outros atores do cenário global, como os Estados Unidos e a China.”

Adhemar Mineiro, Dieese

impactos sobre os biomas em que as unidades produtivas estejam situadas, como Amazônia, Pantanal ou Cerrado, de onde sai a maior parte da soja brasileira, por exemplo, e parte significativa da oferta de carne.

● ● ● EXPERIÊNCIAS REGULATÓRIAS

Desafio semelhante ao dos produtores rurais, mas em condições até mais difíceis, será enfrentado pelas seguradoras instaladas no Brasil. O professor Ilan Goldberg ressalta que a União Europeia dispõe de experiências legislativas e regulatórias mais avançadas do que as brasileiras. A UE, além disso, tem uma estruturação como bloco mais avançada do que o Mercosul, o que facilita a unidade entre os negociadores do outro lado do Atlântico. A oportunidade de aprender e absorver as melhores práticas europeias é valiosa para os integrantes do Mercosul, mas demanda uma rápida capacidade de adaptação a um cenário de competição mais intensa e qualificada.

O acordo Mercosul/União Europeia abre portas para o intercâmbio de informações e conhecimento, mas, legalmente, não altera o *status quo* dos seguros e dos resseguros no Brasil, conforme alerta o professor Ilan Goldberg. O regime do resseguro é concorrencial desde 2008, com a sanção da Lei Complementar 126, que pôs fim



ao monopólio exercido pelo IRB Brasil Resseguros desde sua criação, na Era Vargas.

Desde então, o resseguro é objeto de exploração pela iniciativa privada. A Lei Complementar 126 estabeleceu diferentes espécies de empresas de resseguros (locais, admitidas e eventuais), cada qual com direitos, obrigações e preferências à exploração dessa atividade econômica.

A transição para um ambiente mais forte concorrencialmente, na esteira do acordo com a União Europeia e da atração de grandes projetos de investimento, deverá ser facilitada pela presença de gigantes de origem europeia que se organizaram no mercado brasileiro como resseguradoras locais, a exemplo da Munich Re, da Alemanha.

Vale ressaltar que a existência de acordos em paralelo com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, na sigla em inglês), que reúne países como Islândia, Noruega e Suíça, amplia o alcance da integração com o Velho Continente, de acordo com Adhemar Mineiro. A Suíça tem peso relevante nos mercados financeiros e de seguros, sendo sede da Swiss Re, que recorreu

"As seguradoras de capital estrangeiro estruturam-se no Brasil como empresas locais há anos, portanto, não se justifica duvidar da competitividade nacional."

Ilan Goldberg, FGV

ao mesmo expediente da Munich Re, de atuar como resseguradora local no Brasil.

O grau de integração em seguros e resseguros alcançado mesmo antes do acordo Mercosul/UE é um trunfo essencial para que a indústria

brasileira do setor se beneficie dos investimentos esperados com a efetivação do tratado. Ilan Goldberg enfatiza que a cobertura para grandes riscos, como a exploração de petróleo ou a navegação comercial transmarítima, é essencialmente internacional, demandando muitas vezes que o resseguro aumente a garantia das seguradoras envolvidas em cada projeto. Esse traço é comum a países desenvolvidos ou emergentes, de acordo com o professor da FGV.

"As seguradoras de capital estrangeiro estruturam-se no Brasil como empresas locais há anos, em conformidade com o que a lei e a regulação brasileira determinam, portanto, não se justifica duvidar da competitividade nacional ou temer uma desnacionalização da atividade", diz Goldberg.

Para ele, se ao final de cada exercício financeiro as empresas remetem lucros às matrizes delas no exterior, isto não deve ser visto como um problema. Pelo contrário. "Em um mundo globalizado como o atual, é de se esperar que o acordo Mercosul/UE potencialize ainda mais iniciativas como esta", conclui.

ALÉM DAS ÁGUAS: HISTÓRIAS DE RESILIÊNCIA E DESAFIOS DO RIO GRANDE DO SUL

Ritmo de recuperação do estado abalado pelas enchentes que inundaram cidades inteiras no ano passado surpreende: repasses públicos bilionários foram destinados à reconstrução.

Próximo a completar um ano, a histórica enchente do Rio Grande do Sul, ocorrida entre abril e maio de 2024, é uma ferida coletiva em cicatrização. Ruas, pontes, estradas e casas destruídas, deslizamentos, mortes e máquinas de construção pesada por todos os lados são lembranças vivas da tragédia ambiental, que coleciona relatos dramáticos dos sobreviventes.

Da mesma forma, surpreende o ritmo de recuperação de um estado cujas perdas econômicas foram estimadas em mais de R\$ 100 bilhões. A resiliência venceu e está presente em todo o Rio Grande do Sul, alimentada por recursos públicos bilionários, investimentos privados e, em menor escala, por seguros contratados.

Antes de 2024, a aposentada Vera Lúcia Moraes, moradora de Rio Pardo, um dos municípios mais afetados pela tragédia climática, acreditava que o pior evento climático ocor-

reria em 2015, quando uma chuva de granizo causou enorme destruição na região, incluindo o telhado de sua casa sem laje.

No auge daquele evento extremo, ela abrigou a neta debaixo da mesa e pôs um travesseiro na cabeça para evitar ferimentos graves causados por pedras de gelo graúdas. Após o evento, colocou telhas de zinco no lugar das de amianto e, por anos seguidos, o ruído ensurdecedor das chuvas mais fortes foi o único incômodo.

As enchentes de 2024 atingiram seu terreno e a obrigaram a se deslocar para a casa de um dos filhos numa área mais alta, onde permaneceu por 20 dias, sem água e sem luz e dependente da comida que chegava de barcos. Além da ilusão de segurança, ela perdeu roupas, armários, janelas, portas e pisos da casa. “Salvei a geladeira”, resigna-se Vera, que conseguiu levar o equipamento para fora do alcance das águas. Só o Rio Jacuí subiu 24 metros, deixando parte da cidade submersa.

Outros moradores do município tiveram perdas também pesadas. Uma minimercadoria instalada em frente ao balneário dos Ingazeiros submergiu quando as águas alcançaram dez metros de altura. Já o Restaurante Costaneira, construído de madeira e *point* da Praia dos Ingazeiros, que antes ocupava a margem do rio, escapou da destruição por um detalhe: sua base flutuante desgarrou-se do píer e parou na estrada. Hoje, ocupa uma área afastada da margem do balneário dos Ingazeiros.

Como milhares de moradores da cidade, Vera vê sua vida voltar ao normal devagar, depois de receber ajuda de pouco mais de R\$ 6 mil, entre verbas federal e municipal, e utilizar parte da aposentadoria para recompor seu lar.

Os primeiros temporais ocorreram no Vale do Rio Pardo no dia 27 de abril. Santa Cruz do Sul, por exemplo, conviveu com dez dias de chuvas ininterruptas e, após 30 dias, acumu-



Estima-se quase 80 mil pessoas ficaram desabrigadas, 2,3 milhões foram impactadas pelas chuvas e 200 perderam a vida. O Rio Guaíba subiu 5,33 metros, um recorde desde 1941.

lou 60% da chuva estimada para o ano. O município localiza-se a 155 km de Porto Alegre, no centro do estado. Os danos ficaram concentrados na infraestrutura e no bairro Várzea. A rodoviária ficou submersa por semanas, o bar do Clóvis, na mesma quadra, perdeu todas as mercadorias e o público, porque os passageiros passaram a saltar quatro ruas acima. Na

região do Vale do Rio Pardo, outros municípios tiveram perdas mais acentuadas: casas, comércio e indústrias desapareceram.

No estado, estima-se que quase 80 mil pessoas ficaram desabrigadas, 2,3 milhões foram impactadas pelas chuvas e 200 perderam a vida. Por fim, a jornada das enchentes atingiu Porto Alegre. O Rio Guaíba subiu 5,33 metros, segundo a prefeitura local, um recorde desde 1941.

● ● ● RECONSTRUÇÃO

Em resposta aos impactos devastadores das enchentes, ações rápidas e coordenadas dos poderes públicos aceleram a reconstrução do estado e ampliam a resiliência climática. A pedido da *Revista de Seguros*, o governo do estado levantou as principais medidas para fortalecer a prevenção e a resposta a eventos extremos em todo o Brasil.

O governo estadual destinou mais de R\$ 6,7 bilhões às áreas de Habitação, Infraestrutura, Saúde, Educação, Defesa Civil, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social. Foi também criado o Plano Rio Grande para estruturar a reconstrução e adaptação climática no valor de R\$ 550 milhões, incluindo projetos de modernização e ampliação de sistemas de contenção de cheias.

O governo do RS destinou R\$ 6,7 bilhões para Habitação, Infraestrutura, Saúde, Educação, Defesa Civil, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social e criou o Plano Rio Grande para reconstrução do estado.

Na infraestrutura de transportes, os aportes de R\$ 1,2 bilhão destinam-se à reconstrução de pontes e estradas afetadas e os de R\$ 1,3 bilhão, para concessão de rodovias no Vale do Taquari e no norte do estado. Estruturas como as 16 pontes do Bloco 2 foram projetadas com cota elevada e drenagem reforçada para resistir a novas enchentes.



"O brasileiro não tem senso de prevenção permanente. As tragédias modificam isso temporariamente, porque as pessoas ficam mais sensíveis à necessidade de proteção. Mas isso não é o ideal."

Ederson Daronco, SindSeg-RS

Com menos burocracia para liberação de recursos, criou-se o Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), que se destina a centralizar e agilizar a aplicação de R\$ 14 bilhões nos próximos três anos.

Para a retomada da economia, em particular dos pequenos negócios, foi lançado o programa MEI RS Calamidades, que ofereceu auxílio financeiro, consultoria especializada e acesso a serviços para microempreendedores afetados.

Essas medidas estão puxando a recuperação do mercado de trabalho. Tanto que, após um período inicial de queda nos empregos formais, o estado registrou saldo positivo na geração de empregos a partir de julho, alcançando em novembro o terceiro maior número de contratações do País.

Sobre medidas específicas para ampliar a resiliência, aprovou-se a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil (PEPDEC), a fim de estabelecer um marco legal para prevenir e mitigar desastres, promovendo maior coordenação entre os entes federativos e a sociedade civil.

Ao mesmo tempo, foram investidos mais de R\$ 550 milhões na aquisição de radares meteorológicos, instalação de estações hidrológicas e desenvolvimento de modelagens hidrodinâmicas para previsão de eventos climáticos extremos.

Mais de R\$ 550 milhões foram destinados à aquisição de radares meteorológicos, estações hidrológicas e modelagens hidrodinâmicas para previsão de eventos extremos.

Além disso, a criação do Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (Cegird), previsto no Plano Rio Grande, será o centro de referência para o monitoramento e resposta a crises, com tecnologia de ponta para assegurar a continuidade operacional, mesmo em emergências. Simultaneamente, estão sendo estruturados nove Centros Regionais de Proteção e Defesa Civil, com custo estimado de R\$ 180 milhões, para descentralizar e fortalecer a resposta local a desastres.

Estão sendo construídas casas populares a partir do programa "A casa é sua – calamidade".

Em nota, o estado informa que assumiu a prevenção como política de longo prazo, investindo em infraestrutura resiliente e em sistemas de previsão e resposta a desastres. Lembra que o alinhamento entre os governos estadual e federal viabilizou investimentos robustos e estratégicos. Adianta que o Rio Grande do Sul busca referências como a Holanda na gestão de cheias e pode se tornar um modelo de resiliência climática para outras regiões do Brasil. Finaliza que há um efetivo avanço na gestão de riscos, ao integrar educação e cultura de prevenção, o que demonstra o compromisso do governo estadual em transformar a tragédia em um ponto de inflexão para a construção de um futuro mais seguro e resiliente.

● ● ● SEGUROS

O mercado segurador pagou indenizações, benefícios, resgates e sorteios no valor de R\$ 13,1 bilhões em 2024 no Rio Grande do Sul, alta de 67,6%. Só os seguros de Danos e Responsabilidades, os mais afetados pelas chuvas torrenciais, geraram indenizações de R\$ 8,5 bilhões, com ex-

pansão de 136,3% sobre 2023, contra alta de 5,3% na receita anual (R\$ 9,6 bi).

A diferença entre arrecadação e indenizações foi de cerca de R\$ 1,1 bilhão apenas e deve-se, majoritariamente, aos sinistros decorrentes das enchurradas. Ao todo, incluindo todos os ramos (exceto Saúde), a arrecadação no RS alcançou R\$ 31,1 bilhões, alta de 5,7%, resultado puxado pelas coberturas de Pessoas (Vida e Previdência), com receita de R\$ 19 bilhões.

De qualquer forma, olhando os números das perdas econômicas no Rio Grande do Sul, a participação do seguro no nível de proteção é muito baixa. “O brasileiro não tem senso de prevenção. As tragédias modificam esse comportamento temporariamente, porque as pessoas ficam mais sensíveis à necessidade de proteção. Mas isso não é o ideal. O senso de prevenção deveria ser permanente, independentemente de ocorrências do tipo da que houve no estado. Mas, desde maio passado, houve aumento da procura por seguros, sobretudo os de modalidades diretamente ligadas à tragédia, como o de Automóvel e o Residencial”, assinala o presidente do Sindicato das Seguradoras do Rio Grande do Sul, Ederson Daronco.

O corretor de seguros Augusto Muller, de Santa Cruz do Sul, diz que a experiência da tragédia não aumentou a contratação de seguros de forma significativa, sobretudo nos ramos patrimoniais, um dos mais afetados. “Muitos clientes tiveram que arcar com o prejuízo, porque as coberturas de enchentes e alagamentos não estavam contratadas. Alguns se interessaram em fazer endossos ou renovação de contratos após a tragédia, e outros deixaram de ampliar a cobertura em razão de preços elevados ou restrições em suas regiões, explicou ele, acrescentando que locais em que a água chegou ou tem risco de chegar são considerados riscos excluídos nas condições gerais.

Daronco admite que as seguradoras adotaram uma postura mais cautelosa de aceitação de riscos, declinando de proteção de alagamentos e enchentes em áreas propensas a cheias, porque causaria um desequilíbrio atuarial mais severo para o mercado. “É um impasse que precisa ser debatido, mas que tende a ser resolvido a médio prazo”, acredita.



AÇÕES FEDERAIS DESTINADAS À RECUPERAÇÃO DO RS

Em balanço das ações de recuperação do Rio Grande do Sul, apresentado em audiência na Comissão Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres Naturais da Câmara dos Deputados, o titular da Secretaria Extraordinária do Governo Federal para a Reconstrução do RS, Maneco Hassen, assinalou que os investimentos da União, estado e municípios alteraram a previsão inicial de recessão para um efetivo crescimento do PIB gaúcho.

“Não há dúvida de que os aportes do Governo Federal e a força da população gaúcha permitiram que a economia do Rio Grande do Sul crescesse mais do que todos os outros estados brasileiros no ano passado.”

No encontro, ele examinou os repasses do pacote de R\$ 141 bilhões destinados a ações da União no estado desde o início da tragédia, com destaque para:

- **R\$ 2,1 bilhões** para a reconstrução, beneficiando 429 mil famílias;
- **R\$ 4,5 bilhões** para a disponibilização de 22 mil residências no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida Reconstrução;
- **R\$ 31 bilhões** do BNDES e do Pronampe para apoiar 66 mil empresas;
- **R\$ 8,9 bilhões** em descontos e crédito para 147 mil produtores rurais;
- **R\$ 1,4 bilhão** em planos de Defesa Civil aprovados para 269 municípios gaúchos; R\$ 23 bilhões relativos à suspensão da dívida do estado com a União.

MARCO LEGAL DA IA PODE AUMENTAR CONTROLE NO SETOR DE SEGUROS

A Inteligência Artificial, que ajuda a precificar riscos e gerir sinistros, terá que prestar contas de seus métodos para um novo regulador, podendo impactar processos internos com auditorias e conformidade regulatória.

O projeto de lei que regulamenta o uso da Inteligência Artificial (IA) no Brasil foi enviado à Câmara dos Deputados após aprovação pelo Senado no fim de 2024. A proposta, relatada pelo senador Eduardo Gomes (PL-TO) e baseada no PL 2.338/2023 de Rodrigo Pacheco, prevê sanções severas para infrações, como multas de até R\$ 50 milhões por infração ou de até 2% do faturamento bruto das empresas, de seu grupo ou conglomerado no Brasil.

São números que assustam, mas não devem frear a inovação no setor, segundo analistas. Com a criação do Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA), coordenado pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), os agentes que desenvolvem e aplicam a IA precisarão seguir novas diretrizes. A avaliação preliminar de risco será obrigatória para sistemas generativos e de propósito geral, enquanto para outras categorias será facultativa, mas recomendada como boa prática.

É fácil visualizar os impactos em rotinas e atividades de seguradoras, resseguradoras e corretoras. Ou seja, a IA que ajuda a precificar riscos e gerir sinistros terá, quando aprovado o PL, que seguir regras de governança, impactando processos internos com possivelmente auditorias detalhadas sobre vieses algorítmicos e conformidade regulatória.

O PL lista ainda as áreas consideradas de alto risco e sujeitas a regras mais rígidas. Estão na lista: veículos autônomos, controle de trânsito, gestão de abastecimento de água e eletricidade (quando houver risco relevante de interrupção dos serviços e à integridade física das pessoas), avaliação de critérios para elegibilidade a serviços considerados essenciais, seleção de estudantes, decisões de recrutamento, promoção, demissão, análise preditiva de crimes (e todos os riscos de responsabilidade civil e reputação envolvidos) e auxílio em diagnósticos e procedimentos médicos.

“O setor de seguros deve priorizar auditorias de viés algorítmico, transparência em decisões automatizadas e conformidade com a LGPD.”

Eduardo Gomes, Senador



● ● ● INOVAÇÃO E PROTEÇÃO

O senador Eduardo Gomes, relator do substitutivo aprovado no Senado, explica que o projeto busca equilibrar inovação e proteção ao consumidor e optou por classificar os riscos em excessivos (proibição de armas autônomas e reconhecimento biométrico em tempo real), altos (exigência de avaliação de impacto e supervisão humana para sistemas de IA de alto risco, como transporte e de aplicações na área de saúde para auxiliar diagnósticos e procedimentos médicos, quando houver risco relevante à integridade física e mental das pessoas) e de menor ou nenhum risco, que são os demais casos (regras simplificadas para *chatbots*, por exemplo).

"O setor de seguros deve priorizar auditorias de vies algorítmico, transparência em decisões automatizadas e conformidade com a LGPD", afirma o senador.

Para o parlamentar, a tramitação na Câmara dos Deputados será complexa, mas deve ocorrer ainda em 2025, com discussões muito

focadas na questão de direito autoral, definição de "alto risco" e resistências à centralização de poder na ANPD. Ele defende que o equilíbrio entre regulação e inovação do texto enviado pelo Senado seja mantido.

"O PL introduziu diversos instrumentos para relativizar, diminuir e instrumentalizar o equilíbrio da carga regulatória, como é o caso dos *sandboxes* regulatórios para testes controlados de novas tecnologias e isenções para pesquisa acadêmica, tudo com o objetivo de evitar entraves ao desenvolvimento", afirma. (ver box)

No mercado, as punições previstas no texto — limitadas a 2% do faturamento ou R\$ 50 milhões por infração, priorizando advertências prévias — não chegam a ser consideradas entraves à inovação no setor. Rachel Vassalo, gerente de Operações da corretora Inter Risk, especializada em riscos complexos, destaca que a principal preocupação do setor deve ser garantir sistemas seguros e transparentes. "A multa pode, sim, impactar o desenvolvimento de inovações, principalmente em empresas me-

"A multa pode impactar o desenvolvimento de inovações, principalmente em empresas menores, mas as sanções visam garantir o uso responsável da IA."

Rachel Vassalo, Inter Risk

“Quando o uso de IA ainda não era tão disseminado, já havia preocupação das organizações em explicar como os dados eram tratados. Com a GenIA, fica mais complexo.”

Denise Pinheiro, PwC



nores, mas as sanções também visam garantir o uso responsável da IA”, comenta.

Segundo Rachel, a regulação pode impulsionar a busca por seguros especializados em Riscos Cibernéticos e de Responsabilidade Civil pelo uso indevido de IA, além, claro, por produtos que deverão ser criados para cobrir os riscos de soluções disruptivas que surgirão em outros segmentos, como os de veículos autônomos.

A PwC vem acompanhando a evolução da IA Generativa e seus impactos no ambiente de negócios. Em 2023, no estudo “Inteligência artificial generativa no setor de seguros” (2023), apontou cinco tendências principais (ver box), com base em uma análise que ainda não apontava a maturidade do setor para uma disrupção. Desde então, a evolução da IA no mercado segurador e em toda a economia foi acelerada – e muito.

PRECIFICAÇÃO DINÂMICA

Hoje, a tecnologia já está presente em diversas aplicações, como análise de riscos, automação de subscrição e detecção de fraudes. Algumas seguradoras adotam modelos de IA para precificação dinâmica, ajustando valo-

res com base nos dados em tempo real. No segmento de seguros agrícolas e de bens, a tecnologia avança com o uso de imagens de satélite para regulação de sinistros, tornando os processos mais ágeis e reduzindo custos operacionais. Tudo isso e muito mais.

Nesse cenário, a sócia da PwC Denise Pinheiro destaca a importância para as empresas de desenvolver um *framework* de governança robusto para garantir que seu uso seja seguro e alinhado aos interesses dos *stakeholders*. Ela é uma das responsáveis pela pesquisa “Gerenciando os riscos da IA generativa”, da consultoria, e destaca que, apesar dos avanços tecnológicos, o papel dos humanos será essencial, pois cuidarão da governança e da supervisão da IA. No caso da legislação brasileira, vão compor as equipes responsáveis pelas avaliações de impacto algorítmico previstas no projeto de lei. Vale lembrar que o texto aprovado no Senado não traz mais a exigência de equipes multidisciplinares.

“Quando o uso de IA ainda não era tão disseminado, já havia preocupação das organizações em explicar como os dados eram tratados. Com a GenIA, ficará mais complexo à medida que a própria IA puder trazer essa confiança com

mais transparência, mais informação e mais segurança. O setor segurador precisará reforçar a capacitação de seus profissionais para garantir um uso ético e transparente da tecnologia”, explica a sócia da PWC.

REGULAÇÃO DA ANPD

Além do projeto de lei que chegou à Câmara dos Deputados, a agenda regulatória da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) para 2025/2026 incluiu a regulação da IA como uma prioridade. É o sétimo de 16 itens que serão tratados no biênio pela agência.

Enquanto a nova lei não é aprovada e coloca a ANPD definitivamente como coordenadora do Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA), o foco estará na definição de parâmetros interpretativos para a aplicação do artigo da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) que trata do direito de revisão de decisões automatizadas, além de outros temas que tangenciam a LGPD.

Em paralelo, a Autoridade está lançando um *sandbox* regulatório, que permitirá experimentações com o uso de IA generativa, inclusive com a flexibilização de disposições e requisitos

legais. A iniciativa permitirá que soluções inovadoras sejam testadas sob a supervisão da ANPD, sem risco imediato de sanções.

O *sandbox* está alinhado às diretrizes do Guia Referencial de Sandbox Regulatório da Advocacia Geral da União (AGU) e busca equilibrar a proteção dos direitos fundamentais com a promoção da inovação responsável. Ele permitirá avaliar soluções em cenários regulatórios experimentais que ajudam a trazer mais segurança jurídica para o desenvolvimento tecnológico. Ao final do processo, espera-se identificar lacunas regulatórias e desenvolver um arcabouço normativo mais adequado aos desafios dessas inovações.

O projeto-piloto tem duração prevista de 20 meses. A ANPD está conduzindo o processo de contratação de uma instituição de ensino superior para apoiar sua implementação. Com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), lançou um Edital de Parceria em novembro de 2024 para promover colaboração com especialistas acadêmicos. Essa parceria abrange todas as fases do piloto, permitindo um monitoramento estruturado dos resultados.

“A Inteligência Artificial, assim como outras tecnologias emergentes, evolui rapidamente, exigindo que os reguladores acompanhem suas transformações para compreender seus impactos sociais e econômicos. No caso da ANPD, o foco é fomentar sistemas de IA que tratam dados pessoais para que estejam em conformidade com a LGPD, assegurando a proteção dos direitos dos titulares dos dados”, informou a ANPD, por meio de sua assessoria.



DISCUSSÕES GLOBAIS

Para Gustavo Zaima, sócio da PwC que atua na área de seguros, a regulação da IA no Brasil acompanha o ritmo das discussões globais. A China é o único país que já possui um marco regulatório em vigor.” Segundo ele, a União Europeia aprovou uma regra, mas ainda não definiu uma data para implementação. O estado de Nova York estabeleceu regras para prestação de contas sobre o uso da tecnologia.

Ele acredita que a implementação de novos controles no setor de seguros ocorra mesmo antes da aprovação final da nova lei pelo Congresso Nacional. Isto porque os agentes do mercado precisarão se adequar ao novo marco regulatório dos seguros no Brasil, aprovado no fim do ano passado.

O mercado segurador, que já opera sob uma regulação robusta, terá 12 meses para se adequar ao novo marco regulatório — e, para Zaima, terá que enfrentar o desafio dos sistemas legados.

A novidade com a IA é a aceleração no tratamento de informações e as aplicações em eficiência operacional. “É justamente nesse ponto que é preciso ter cuidado para não perder de vista como os dados foram tratados”, completa.

“A regulação da IA no Brasil acompanha o ritmo das discussões globais. A China é o único país que já possui um marco regulatório em vigor”

Gustavo Zaima, PwC

TENDÊNCIAS DA IA GENERATIVA NO SETOR DE SEGUROS

- **Ecosistemas colaborativos** – O motor da evolução da IA no setor será a formação de ecossistemas que unam seguradoras, centros de excelência e fábricas especializadas.
- **Apoio às funções existentes** – Antes de reinventar o setor, a IA generativa será usada para aprimorar atividades já em curso, como gestão de sinistros e atendimento ao cliente.
- **Transformação digital ampliada** – IA generativa impulsionará automação e inovação, acelerando processos e melhorando a experiência do segurado.
- **Novos canais de comunicação** – A tecnologia abrirá novos canais de interação, tornando o atendimento mais intuitivo e personalizado.
- **Uso responsável e sustentável** – Reguladores, seguradoras e consumidores precisarão garantir que a IA seja empregada de forma ética e segura.

Fonte: PwC
Imagem do Framework da PwC
www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/consultoria-negocios/2023/gerenciando-os-riscos-da-ia-generativa.html

CASA DO SEGURO: POSICIONAMENTO DO SETOR NA CONFERÊNCIA DO CLIMA

O objetivo é promover debates, trocas de experiências e fomentar parcerias estratégicas, durante a COP30, em Belém, em favor da inovação e do desenvolvimento sustentável no País.

Em busca do merecido protagonismo do seguro nas discussões sobre mudanças climáticas promovidas pela Conferência das Nações Unidas sobre o tema (COP), a CNseg adotou uma postura inovadora para a edição do encontro no Brasil. A iniciativa consiste em buscar o reconhecimento internacional do setor, demonstrando como o seguro pode contribuir de maneira decisiva para a adaptação e mitigação dos impactos do clima. A estratégia culminará na COP30, que será realizada em Belém do Pará, em novembro, e terá como destaque a inauguração da Casa do Seguro.

A Casa do Seguro é um espaço multifuncional que reunirá autoridades governamentais, líderes do setor, agentes públicos, representantes da sociedade civil e especialistas em sustentabilidade. O objetivo é promover um ambiente de debate e troca de experiências sobre os desafios climáticos e o papel dos seguros na proteção de pessoas, bens e infraestrutura — além de fomentar parcerias estratégicas que possam impulsionar a inovação e o desenvolvimento sustentável no País.

Com uma área útil de 1,6 mil metros quadrados, a Casa do Seguro estará concluída até outubro, permitindo a realização de uma série de atividades durante a COP30. O espaço terá uma plenária para cem pessoas, seis salas de reunião, *business lounge*, estúdio de *podcasts*, sala de imprensa e área de convivência, além de espaços destinados a exposições artísticas e apresentações culturais. Os ambientes são projetados para estimular a interação entre os participantes, criando um cenário propício à troca de ideias e à implementação de novas soluções tecnológicas e sustentáveis.

O projeto da Casa do Seguro incorpora práticas sustentáveis de forma abrangente. Entre as certificações adotadas, destacam-se os selos "Evento Neutro" e "Resíduo Zero", que evidenciam o compromisso da CNseg com a redução do impacto ambiental. A escolha por materiais de baixo impacto, associada ao consumo eficiente de energia, é um dos pilares dessa iniciativa, que se alinha às melhores práticas globais de sustentabilidade. A preocupação ambiental não

“A Casa do Seguro será uma vitrine do papel do mercado segurador como facilitador de inovação e mitigador de riscos climáticos, reforçando o compromisso com o futuro do planeta.”

Dyogo Oliveira, CNseg

só reforça a imagem da CNseg como uma entidade inovadora e responsável, mas também serve de exemplo para outros setores da economia.

“A Casa do Seguro será uma vitrine do papel do mercado segurador como facilitador

Acesse CASADOSEGURO.ORG.BR
para conhecer o site.



de inovação e mitigador de riscos climáticos, reforçando o compromisso com o futuro do planeta”, diz Dyogo Oliveira, presidente da CNseg. Segundo ele, o mercado segurador é um agente-chave na transição para uma economia sustentável, pois sua expertise técnica e financeira possibilita a criação de mecanismos de proteção que reduzam os impactos dos desastres naturais e acelerem a recuperação das comunidades afetadas. Por isso, há três anos, temos levado nossa pauta às reuniões da COP e nos posicionado como ente importante do debate da transição e gostaríamos que os membros do Comitê contemplem o setor segurador como parte importante das soluções na carta final”.



EIXOS TEMÁTICOS

A programação da Casa do Seguro abordará sete eixos temáticos essenciais para a sustentabilidade e a consolidação do setor, com destaque para o de “Proteção Social e de Investimentos”, que visa ampliar a segurança financeira da

população, principalmente diante de eventos extremos, e promover estratégias que protejam os cidadãos de riscos econômicos associados às mudanças climáticas. O eixo de “Finanças Sustentáveis” enfatiza modelos de financiamento e seguros voltados para projetos de impacto ambiental positivo, estimulando investimentos que contribuam para reduzir as emissões de carbono e o desenvolvimento de tecnologias limpas.

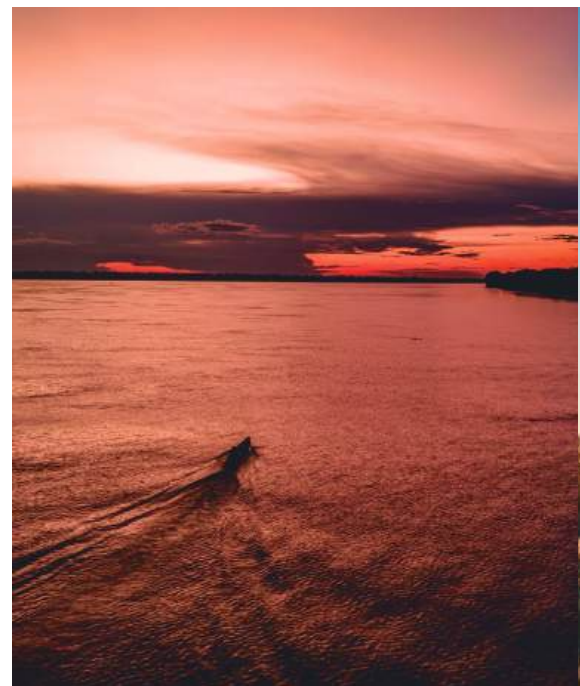
O de “Infraestrutura Resiliente” tratará das soluções necessárias para garantir que obras e serviços essenciais resistam a eventos climáticos severos. Daí porque a pauta de debates envolve temas como a construção de edificações adaptadas às novas realidades ambientais e a implementação de sistemas de transporte e logística que minimizem os riscos de interrupção dos serviços em situações emergenciais.

O eixo de “Inteligência Climática”, por sua vez, vai explorar o uso de tecnologias avançadas e da análise de dados para prever e mitigar riscos ambientais, permitindo uma resposta rápida e eficaz diante de desastres naturais.

O setor agropecuário, de extrema relevância para a economia brasileira, também terá seu espaço por meio do eixo “Seguros e Agronegócio”, que propõe expandir a proteção do agro, setor que responde por 25% do PIB nacional, mas que, historicamente, tem baixa taxa de proteção: apenas 6% da área plantada, o que deixa muitos produtores vulneráveis a perdas financeiras causadas por eventos climáticos. O objetivo desse tipo de seguro é ampliar as coberturas e garantir estabilidade econômica aos produtores rurais.

Outros dois eixos: “Seguros na Expansão da Frota Verde Brasileira” e “Seguros para o Desenvolvimento Industrial Sustentável” buscam incentivar a transição para transportes menos poluentes e promover práticas industriais alinhadas aos princípios da sustentabilidade. Tais discussões são fundamentais para que o setor segurador possa acompanhar e apoiar a transformação econômica do País, contribuindo para um cenário de crescimento sustentável e inclusão social.

A troca de conhecimentos entre diferentes realidades e contextos internacionais pode alavancar a adoção de medidas de prevenção e recuperação bem-sucedidas nos países.



COOPERAÇÃO GLOBAL

A iniciativa da CNseg também se destaca por promover o intercâmbio internacional, por meio de parcerias firmadas com entidades congêneres de outros países e a Federação Global das Associações de Seguros (GFIA), que congrega confederações de seguradoras do mundo inteiro. Essa cooperação global visa compartilhar experiências, práticas inovadoras e estratégias eficazes na mitigação dos riscos climáticos.

A troca de conhecimentos entre diferentes realidades e contextos internacionais pode alavancar, no mercado segurador brasileiro, a adoção de medidas de prevenção e recuperação que já demonstraram sucesso em outros países, reforçando a importância da abordagem colaborativa frente aos desafios ambientais.

A Casa do Seguro também representará um impacto social significativo para a região de Belém e o País como um todo. Ao promover painéis temáticos, fóruns multissetoriais e reuniões bilaterais, o espaço funcionará como um catalisador para o desenvolvimento de projetos e parcerias que beneficiem tanto o setor privado quanto a

comunidade local. A inclusão e o uso de mão de obra local na construção e na operação do espaço são medidas que visam estimular o desenvolvimento socioeconômico, gerando empregos e fortalecendo a economia regional.

Estudos recentes destacam que a resiliência climática é um dos maiores desafios do século atual, assinalando que a integração dos setores público e privado e da sociedade civil é essencial para a formulação de políticas eficazes. As estatísticas mostram que desastres naturais, como enchentes, secas e tempestades, têm aumentado em frequência e intensidade, resultando em prejuízos econômicos e sociais expressivos. O setor de seguros é um instrumento vital para reduzir o impacto financeiro desses eventos, possibilitando uma resposta ágil e eficiente que reduz os efeitos devastadores sobre a população, lembram especialistas.

No cenário internacional, diversos países já vêm adotando práticas inovadoras que unem seguros e sustentabilidade. Japão e Alemanha, por exemplo, têm investido em tecnologias de monitoramento climático e sistemas de seguro que incentivam a prevenção e a mitigação de riscos ambientais. Essas iniciativas demonstram que a

Com painéis temáticos, fóruns multissetoriais e reuniões bilaterais, o espaço será um catalisador para o desenvolvimento de projetos e parcerias que beneficiem o setor privado e a comunidade local.

sinergia entre a tecnologia, as políticas públicas e o setor segurador pode resultar em soluções robustas para enfrentar os desafios climáticos e servem de inspiração para que o Brasil avance na implementação de medidas que garantam mais segurança e resiliência a todos os setores da economia.



PESQUISAS & PRODUTOS

O mercado segurador nacional, por reconhecer a urgência de atuar frente aos desafios climáticos, tem investido em pesquisas e novos produtos que atendam às demandas emergentes. A criação de um banco de dados com informações detalhadas sobre desastres naturais é um dos exemplos citados por Dyogo Oliveira. O objetivo é mapear as áreas mais vulneráveis a riscos, permitindo a implementação de estratégias personalizadas que fortaleçam a infraestrutura e estimulem a oferta de seguros mais acessíveis. Além de contribuir para uma análise mais precisa dos riscos, a iniciativa pode ser utilizada para fundamentar políticas públicas que promovam segurança e estabilidade econômica.

Outro aspecto relevante é o desenvolvimento do Seguro Social de Catástrofe, um instrumento para a proteção das áreas de risco, que propõe a utilização de dados históricos e tecnologia avançada para identificar e monitorar regiões susceptíveis a desastres. A celeridade do socorro, garantida pela agilidade no repasse

dos recursos por meio de sistemas como o Pix, é um diferencial que pode salvar vidas e minimizar danos estruturais.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, demonstrou interesse nas propostas apresentadas pelo mercado, ressaltando que o governo está empenhado em criar um novo marco legal para emergências climáticas. Segundo ela, a integração entre o setor público e o mercado segurador é fundamental para que as respostas a desastres sejam mais eficientes e menos onerosas para o Estado. Essa articulação tem o potencial de transformar a maneira como o País lida com os impactos das mudanças climáticas, criando um ambiente propício para a implementação de soluções integradas e sustentáveis.

Do ponto de vista social, a Casa do Seguro representa um avanço significativo, pois alia inovação tecnológica e responsabilidade ambiental a uma forte atuação no desenvolvimento comunitário. O espaço também promoverá ações de educação ambiental e de conscientização sobre a importância da sustentabilidade. Estão previstas parcerias com

CASA DO SEGURO JÁ CONTA COM SEIS EMPRESAS EMPODERADORAS

Allianz, AXA, Mapfre, Porto, Prudential e Tokio Marine são as primeiras empoderadoras da Casa do Seguro. As seis seguradoras não apenas apoiam ou financiarão a iniciativa institucional da CNseg como também vão facilitar a conexão entre setores e participar ativamente dos debates da agenda climática.

Os empoderadores desempenharão um papel estratégico durante a COP30, ao impulsionar a integração do mercado segurador com a agenda ambiental, contribuindo para a inovação e a mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

Casa do Seguro é uma ação inédita no setor, com uma agenda robusta voltada para o papel do mercado na gestão de riscos climáticos e no financiamento de iniciativas sustentáveis.

A resiliência climática é um dos maiores desafios do século XXI, e a integração dos setores público e privado e da sociedade civil é essencial para a formulação de políticas eficazes.

organizações comunitárias e instituições educacionais para ampliar o alcance dos benefícios da iniciativa para além da COP30. Assim, a Casa do Seguro será um exemplo de como iniciativas privadas podem impulsionar a inovação e promover o bem-estar social.

● ● ● EXPERTISE TÉCNICA

Com sua expertise técnica, o setor pode atuar como parceiro estratégico do governo na formulação e execução de medidas preventivas e corretivas. Essa colaboração pode criar um cenário de proteção contra desastres naturais de forma integrada, envolvendo da prevenção à recuperação pós-desastre, o que reduziria os custos de reconstrução e os impactos sociais de eventos extremos.

Por fim, a iniciativa da CNseg demonstra uma visão de futuro alinhada às tendências globais de

sustentabilidade e resiliência. A aposta em soluções inovadoras, que combinem tecnologia, cooperação internacional e compromisso social, posiciona o mercado segurador brasileiro como um protagonista na construção de um cenário mais seguro e sustentável.

A experiência acumulada por países que já implementaram práticas semelhantes serve de base para que o Brasil possa desenvolver políticas robustas e eficazes. Assim, a Casa do Seguro não só reforça o papel estratégico do setor, como abre caminho para uma transformação profunda

na forma de a sociedade lidar com os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

A COP30 será uma oportunidade única para que os diferentes setores da sociedade se unam para construir um futuro mais resiliente e sustentável para todos. Iniciativas como a Casa do Seguro podem consolidar a posição do Brasil no cenário global e demonstrar que a inovação e a responsabilidade social caminham juntas na busca por soluções que protejam tanto o meio ambiente quanto a qualidade de vida das pessoas.

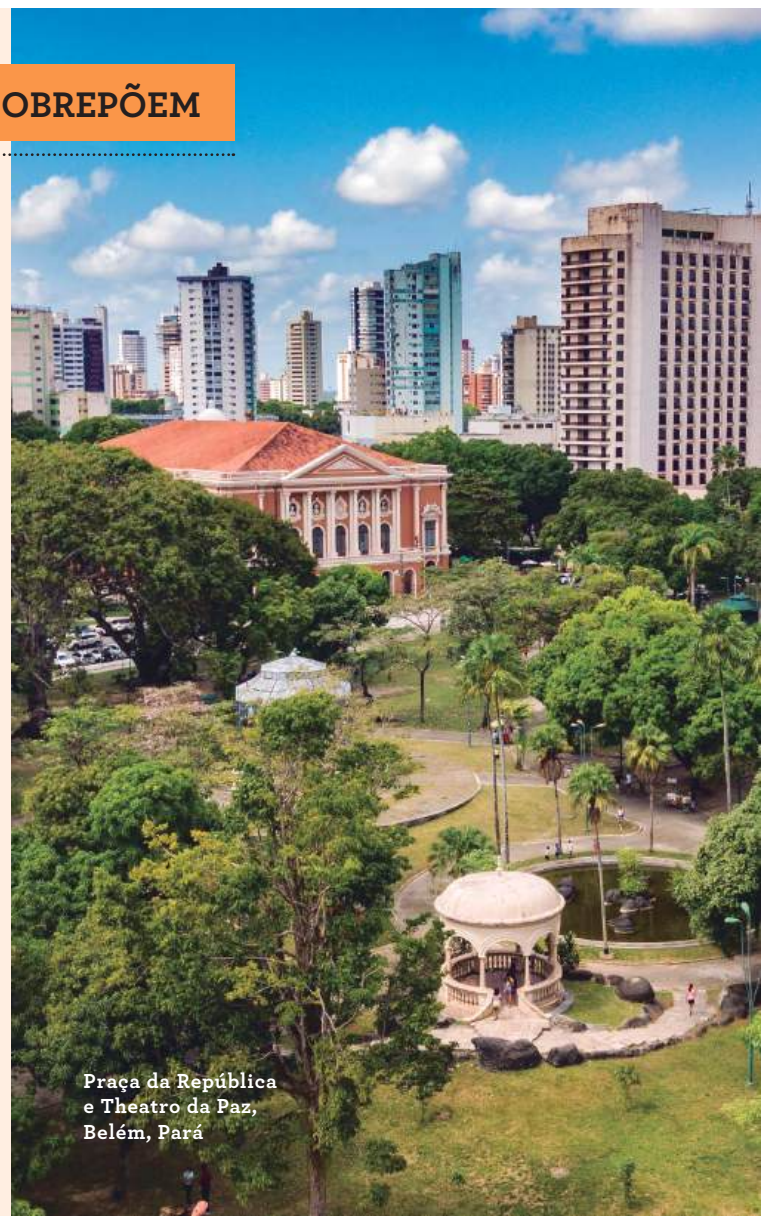
COP30: ESPERANÇAS E DESAFIOS SE SOBREPÕEM

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), que será realizada em Belém (PA), em novembro, é o principal evento internacional no Brasil neste ano e vai reunir chefes de Estado, ministros, diplomatas, representantes da ONU, cientistas, líderes empresariais, ONGs, ativistas e outros integrantes da sociedade civil de mais de 190 países.

O objetivo da COP30 é alinhar compromissos de países desenvolvidos e em desenvolvimento com relação ao financiamento climático, para reduzir emissões de gases de efeito estufa e impactos socioeconômicos das mudanças climáticas em populações vulneráveis. Para muitos, o encontro representa a última chance de se evitar a ruptura irreversível do sistema climático.

A COP30 representa uma oportunidade histórica para o Brasil reafirmar seu papel de liderança nas negociações sobre mudanças climáticas e sustentabilidade global, já reconhecida pelos esforços em áreas como energias renováveis, biocombustíveis e agricultura de baixo carbono.

A novidade desta edição é o local que sediará os debates, ao pé da maior floresta tropical do mundo: a Amazônica. Entre os desafios está a dificuldade de Belém em acomodar os 50 mil participantes esperados, em virtude de gargalos na rede hoteleira e preços exorbitantes.



Praça da República
e Theatro da Paz,
Belém, Pará

SEMANA ENEF: FOCO NA SAÚDE FINANCEIRA DE FUTUROS CONSUMIDORES

Pesquisas recentes da Serasa Experidian mostram que a inadimplência impacta a vida social de 83% das pessoas endividadadas, que correm risco ainda de ter a saúde mental piorada.

A célebre frase de Pitágoras (“Educai as crianças para que não seja necessário punir os adultos”) parece inspirar a próxima edição da Semana Nacional de Educação Financeira (Semana Enef, de 12 a 18 de maio) no contexto das finanças pessoais. Afinal, o tema central do evento de 2025 é “Educação Financeira para Crianças e Jovens: preparando a sociedade para escolhas conscientes”.

Promovido pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), o evento objetiva sensibilizar esse público sobre a importância de hábitos financeiros saudáveis. As diversas entidades participantes terão a oportunidade de jogar luzes sobre ações públicas e privadas de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal.

A edição 2025 ocorre em um contexto de grandes desafios nas áreas de educação financeira e securitária. No campo das finanças, parcelas significativas da população permanecem com as contas no vermelho; no plano dos seguros, o consumo *per capita* ainda é baixo perante o tamanho da economia brasileira — a sétima maior do mundo. Mesmo o produto mais consolidado

Dados CNC indicam que a inadimplência recuou pelo terceiro mês consecutivo em fevereiro, atingindo 28,6% das famílias.

no mercado, o seguro de Automóvel, só alcança 30% da frota. O *gap* de proteção é extraordinário em todos os ramos e modalidades.

Além de desprotegidas e endividadadas, as pessoas que estão com as finanças no vermelho correm ainda riscos de piorar a saúde mental, segundo pesquisas. Especialistas dizem que a falta de dinheiro causada por dívidas eleva o risco de ansiedade e depressão, afeta o sistema imunológico, torna o corpo mais vulnerável a infecções e aumenta o risco de problemas cardiovasculares.

Tudo em consequência do estresse crônico gerado pelos problemas financeiros.

Uma das mais recentes pesquisas da Serasa Experidian, envolvendo mais de cinco mil pessoas endividadadas, revela que 83% convivem com insônia em virtude de dívidas e 74% afirmam ter dificuldade de concentração para realizar tarefas diárias. Desse universo, 83% reconhecem que as dívidas impactam a vida social. Pensamentos negativos, impactos no relacionamento conjugal e tristeza profunda são outras consequências do endividamento.

O nível de endividamento das famílias permanece em patamares elevados no País, mas dá sinais de alento em período de retomada econômica e de taxa de desemprego baixa. Dados recentes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por exemplo, indicam que a inadimplência recuou pelo terceiro mês consecutivo em fevereiro, atingindo 28,6% das famílias. O percentual de famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso também permanece com tendência de queda: 12,3%.

BRASIL RETARDA PROCESSO DE INGRESSO NA OCDE

País oficializou candidatura em 2017, mas deixou de priorizar a adequação a instrumentos basilares exigidos pelo organismo internacional a seus membros, desacelerando o ritmo em 2023.

A pesar de ter formalizado sua candidatura a membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2017, o Brasil ainda não conseguiu ingressar nesse seleto grupo que conta atualmente com 38 países. O organismo internacional, com sede em Paris, na França, preza por preconizar a adoção de políticas públicas voltadas para o bem-estar de suas populações e por adotar princípios de governança, transparência e regras de mercado de Primeiro Mundo, mesmo que tenha países em desenvolvimento entre seus integrantes.

A aproximação do Brasil perante a OCDE começou na década de 1990, quando o País passou a participar das atividades de comitês da organização. Aos poucos, ingressou em diversos desses departamentos temáticos e foi adequando sua legislação e estrutura às exigências do chamado “Clube dos Ricos”. Mas os passos rumo à entrada no bloco desaceleraram a partir de 2023. Tanto no governo quanto no Congresso, o entusiasmo político com a adesão diminuiu, reduzindo-se também o in-

teresse político por parte da organização na decisão de aceitar o País.

Segundo Carlos Milani, professor-titular de Relações Internacionais do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Uerj, o processo de ingresso do País na OCDE vem perdendo o interesse político na medida em que falta consenso entre as elites sobre o posicionamento estratégico a ser tomado para a inserção do Brasil no mundo. A organização, que já aceitou países em desenvolvimento como México e Turquia, não é mais “um clube exclusivo de ricos”, mas a condição de membro impõe a quem ingresse uma exposição maior com relação a suas mazelas, como desigualdades sociais, corrupção e agressão ao meio ambiente, por exemplo.



AValiação DO PISA

A não adequação aos princípios acordados pela OCDE não implica punições rígidas, mas provoca algum constrangimento aos participantes. Um exemplo é o resultado da participação do Brasil no Programa Internacional de Avaliação

“A elite sonha com um país mais parecido com a Europa, mas não quer adotar as políticas públicas necessárias para atingir esse propósito.”

Carlos Milani, Lesp

de Estudantes (Pisa), realizado pela organização desde 2000. Milani comenta o desempenho de estudantes de 15 anos em Leitura, Matemática e Ciências. No último teste trienal, realizado em 2022 e divulgado em 2023, o País ficou na 65ª posição em Matemática entre 81 nações, atrás do México (57ª), do Uruguai (54ª) e do Chile (52ª).



“Se entrasse para esse Clube dos Ricos, onde o Primeiro Mundo tem um peso desproporcional, o Brasil ficaria sempre atrás com relação às metas a serem cumpridas.”

Leonardo Paz, FGV

Com relação ao rigor contra crimes ambientais, pesa contra a situação brasileira o fato de ser muito baixo o índice de pagamento de multas, conforme se evidencia em diversos levantamentos.

“O ingresso na OCDE daria ao País um selo de qualidade que poderia ser um atrativo para investidores internacionais, mas vem deixando de ser uma prioridade na agenda da política externa brasileira. Não que o Brasil perca muito por estar fora, mas evita ficar mais exposto. A elite sonha com um país mais parecido com os da Europa, mas não quer adotar as políticas públicas necessárias para atingir esse propósito. Na prática, se fizesse parte da organização, o Brasil ficaria entre os mais mal colocados do grupo, ao lado de Turquia e México”, avalia Milani.

Por enquanto, além de candidato a membro, o Brasil continua atuando como *key-partner* da OCDE, ou seja, um parceiro-chave, e já aderiu a cerca de cem instrumentos basilares de 253 considerados fundamentais para entrar para a entidade. No entanto, o processo está em “banho-maria”.

A reforma tributária, que criou o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), aproximou um

pouco mais o País do grupo, mas a resistência na aprovação de novas regras para taxação da renda e do patrimônio é um sinal da dificuldade em se adotar padrões de Primeiro Mundo em terras brasileiras.

Apesar de já contar com um escritório da organização em Brasília, o Brasil também deu um passo atrás no processo ao ficar inadimplente perante a entidade em 2023, tendo negociado o valor de 5,1 milhões de euros para quitar a dívida.



FLUXO DE INVESTIMENTO

Os atrativos para ser membro são fortes e mantêm o Brasil na cola do grupo, mas há argumentos que também justificam a falta de prioridade para o assunto. Um deles é o fato de a própria OCDE ter reconhecido no ano passado que o País foi o segundo no mundo em maior fluxo de investimento estrangeiro direto, atrás apenas dos Estados Unidos.

Leonardo Paz, pesquisador do Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional da

FGV, ressalta que não há um consenso entre os economistas sobre os reais benefícios do ingresso na organização, tendo em vista a disparidade das condições de países em desenvolvimento encontradas no Primeiro Mundo.

Como o Brasil continua sendo atrativo para o investimento estrangeiro, ficar submetido a tantas regras e metas, algumas inatingíveis rapidamente, acaba gerando muitos questionamentos, o que explicaria o recuo dos últimos anos. Acaba ganhando voz argumentos que procuram equiparar o organismo com outros em que imperam interesses dos países ricos nem sempre favoráveis àqueles em desenvolvimento, como o FMI e o Banco Mundial, cujas políticas para o Hemisfério Sul são muito criticadas.

“O Brasil já participa de quase todos os comitês da OCDE e até demonstra mais convergência com relação ao que eles defendem do que alguns membros efetivos. Mas, se entrasse para esse Clube dos Ricos, onde o Primeiro Mundo tem um peso desproporcional, ficaria sempre atrás com relação às metas a serem cumpridas”, afirma Paz.

AMB APONTA PRECARIIDADES NA FORMAÇÃO DOS MÉDICOS NO BRASIL

Segundo a entidade, os profissionais buscam na residência médica os conhecimentos que deveriam ter adquirido no período de formação. Expansão dos cursos de Medicina não foi acompanhada de infraestrutura.

A formação de médicos no Brasil é um tema central e multifacetado, com desafios que vão desde a modernização curricular e a qualidade da residência médica até a distribuição geográfica dos profissionais. O propósito é garantir que os futuros médicos estejam preparados para lidar com as complexidades do sistema de saúde atual, o avanço da tecnologia e as novas necessidades da população. Esse cenário crítico afeta também as operadoras do sistema de Saúde Suplementar, pois a oferta de redes referenciadas é influenciada pela demografia médica.

A FenaSaúde ressalta a capacidade dos médicos brasileiros, reconhecidos mundialmente e atuantes em grandes hospitais e instituições de ensino e pesquisas internacionais. Por outro lado, a entidade acredita que a expansão do número de cursos e faculdades de Medicina no Brasil não veio acompanhada da infraestrutura necessária para garantir um ensino uniforme, com foco no conhecimento teórico e na atualização da grade curricular para acompanhar a evolução do mercado.

“A formação do médico deveria prever mais conhecimentos sobre o funcionamento da Saú-

“A formação do médico deveria prever mais conhecimentos sobre a Saúde Suplementar, que garante o acesso à medicina privada, desafogando o SUS.”

FenaSaúde

de Suplementar, que garante o acesso à medicina privada, ajudando a desafogar o SUS”, informa a federação.

Segundo a FenaSaúde, é cada vez mais veloz e intenso o uso de novas tecnologias nas unidades de saúde pública e privada, trazendo mais precisão diagnóstica, segurança nos procedimentos e cirurgias, ampliando as opções terapêuticas.

“Esses avanços devem ser celebrados, mas exigem um uso racional, pois quase sempre vêm acompanhados de aumento no custo dos tratamentos. Todos sabemos que os recursos financeiros para a saúde são finitos e devem ser usados de forma criteriosa”, acrescenta.

A instituição reconhece, no entanto, que o avanço tecnológico pode melhorar a qualidade do ensino, sobretudo ao facilitar o acesso e a atualização da informação dos novos profissionais para uma utilização racional e consciente desses recursos. “Com essa adequação do currículo do ensino médico, pode-se evitar impactos econômicos que desequilibrem o sistema”, orienta a FenaSaúde.

Na avaliação do superintendente executivo do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), José Cechin, o médico precisa entender cada vez mais o papel da multidisciplinaridade e como as áreas se integram. “O médico precisa se conscientizar do seu papel na sustentabilidade econômica e financeira do sistema de saúde. E a formação atual também falha em prover noções de finanças, administração e marketing”, pontua.

Cechin defende a revisão do marco regulatório da Saúde Suplementar para que as opera-



“A AMB defende a criação de uma matriz de competências bem delineadas, para garantir que o ensino prático seja fundamental na graduação e na residência médica.”

César Eduardo Fernandes, AMB

“O médico precisa se conscientizar de seu papel na sustentabilidade econômica e financeira do sistema de saúde, mas a formação atual também é falha.”

José Cechin, IESS

doras sejam obrigadas a garantir acesso conforme a disponibilidade de recursos profissionais, equipamentos e tecnologias locais. O executivo lembra que existem inúmeros casos noticiados na imprensa sobre episódios de beneficiários que precisaram viajar de um estado a outro, às custas da operadora, para serem atendidos e ter seu tratamento mantido.

“É importante revisar o marco regulatório do setor e aplicar o uso de tecnologias remotas para os cuidados do paciente. Num plano mais amplo, será preciso cada vez mais organizar a rede de atendimento, enxergar complementaridades e formar parcerias entre prestadores, operadoras e setor público. É um processo bastante complexo”, acrescenta Cechin.

● ● ● **FORMAÇÃO PRECÁRIA**

Na avaliação do presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), César Eduardo Fernandes, o País está formando médicos em condições muito precárias. O dirigente explica que a formação desse profissional é de grande complexidade, pois possui uma carga teórica muito importante e de difícil assimilação.

“A carga teórica tem que ser aplicada em campos de prática. No entanto, existe uma proliferação de cursos sem a estrutura necessária, muitos estabelecidos em cidades com poucos recursos”, ressalta.

Fernandes lembra que há cerca de duas décadas o médico entrava na residência para ganhar um treinamento — na sua opinião, o melhor

aparelho de formação de especialistas existente. No entanto, acrescenta ele, atualmente o médico entra na residência para melhorar algo que ele teria que ter adquirido no período de formação. Resultado: o profissional vai usar boa parte do tempo ganhando conhecimentos que ele já deveria ter adquirido.

“O Ministério da Saúde está repetindo com o Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE) os mesmos equívocos do Mais Médicos. A exemplo da graduação, estão criando residências sem a mínima condição de se formar especialistas”, avalia César Fernandes.

Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Ministério da Educação (MEC), o presidente da AMB expressa sua preocupação não com o alinhamento em si, mas com a falta de campos de prática adequados. “O alinhamento torna-se praticamente impossível diante do cenário atual. A AMB sempre defendeu a criação de uma matriz de competências bem delineadas, visando garantir que o ensino prático seja um período fundamental tanto na graduação quanto na residência médica. Somos favoráveis ao exame de proficiência nas duas etapas”, afirma.

IMPACTO DA DEMOGRAFIA

A FenaSaúde entende que o desequilíbrio na demografia médica impacta a oferta de mão de obra qualificada nas demais regiões, criando um desafio de oferta de rede para as operadoras de saúde. “Um passo importante para a redução dessa diferença foi dado com a adoção da telemedicina a partir da pandemia, o que tem possibilitado a conexão dos beneficiários aos mais diferentes especialistas, democratizando bastante o acesso a tratamentos de qualidade”, reconhece a FenaSaúde.

Na análise do IESS, os estudos da demografia médica divulgados periodicamente pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) mostram a grande concentração de médicos em regiões metropolitanas e a severa escassez em municípios mais afastados, não apenas das regiões remotas, mas também em estados do Sul e Sudeste. O indicador mais importante é o número de médicos por habitante. São mais de três nos estados do Sul e Sudeste e menos de dois em estados do Norte e Nordeste.

Segundo dados do CFM de janeiro de 2024, existem no Brasil 575.930 médicos ativos, mé-

dia de 2,81 por mil habitantes, uma das maiores quantidades observadas no mundo. Seguindo nesse ritmo, a projeção do Conselho é que, em 2028, essa média subirá para 36,3. Do total de médicos, 60% têm título de especialista, e 40% são generalistas.

Nos últimos anos, cresceu aceleradamente o número de novos formados, passando de menos de 12 mil por ano até 2012 para mais de 30 mil em 2022 e 2023 (gráfico). Atualmente, cerca de 35 mil estudantes concluem o Curso de Medicina e entram no mercado de trabalho a cada ano — número que pode chegar a 40 mil nos próximos anos.

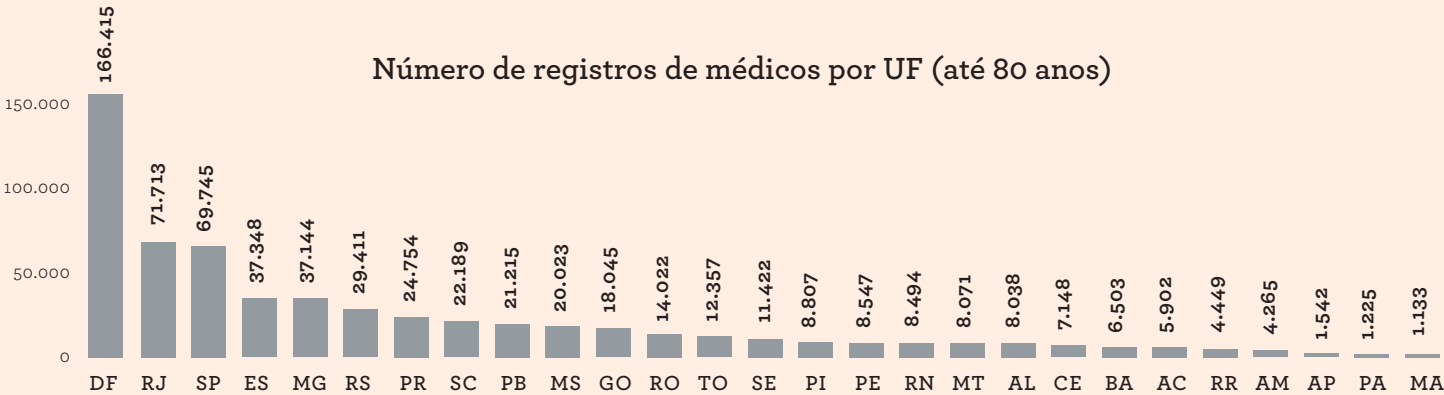
PERFIL DOS MÉDICOS BRASILEIROS

- Número de médicos 575.930
- Média de tempo de formado 18,82
- Generalistas 263.606
- Mulheres 49,91%
- Especialistas 312.234
- Homens 50,09%
- Idade média 45 anos

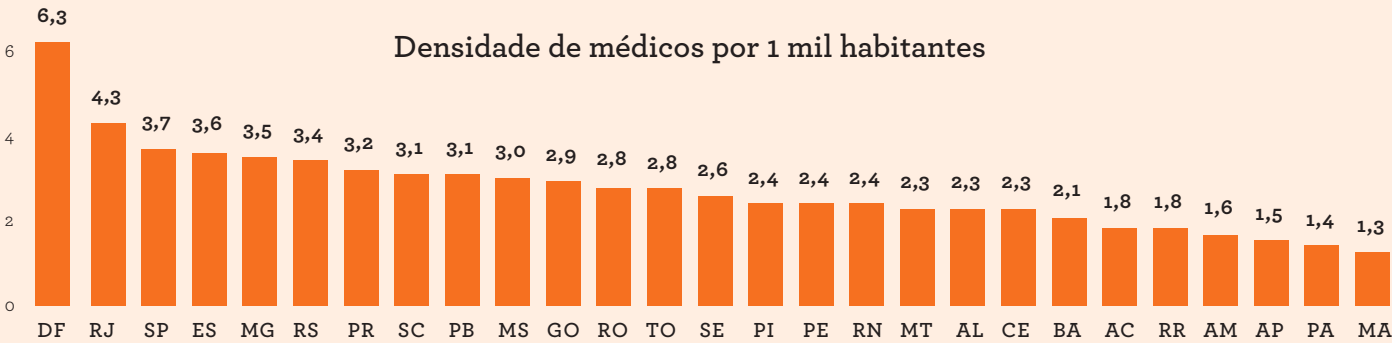
Obs: são considerados especialistas os médicos com inscrição ativa que tenham buscado o Registro de Qualificação de Especialidade (RQE) no CFM.

Fonte: Demografia Médica do CFM / 2024

Número de registros de médicos por UF (até 80 anos)



Densidade de médicos por 1 mil habitantes



Fonte: AMB

CHINA ABRE OS OLHOS E AS PORTAS PARA O MERCADO DE SEGUROS

*Em 2006, o gigante asiático planejava ser o quarto maior segurador global em dez anos.
O PIB de então do país girava em torno de US\$ 2,3 trilhões.*

A China de 2006, reconhecida então como a economia mais vibrante do planeta por registrar taxa de crescimento média anual de 10%, é descrita em reportagem de capa da edição nº 857 da *Revista de Seguros*, que se debruça sobre as perspectivas de forte expansão do embrionário mercado segurador chinês nos anos seguintes.

À época, o país asiático já havia alcançado o posto de quarta maior economia do planeta, enquanto o setor de seguros era o oitavo maior. O PIB de então girava em torno de US\$ 2,3 trilhões, enquanto a arrecadação das seguradoras era de cerca de US\$ 61,5 bilhões por ano, com crescimento na casa de 14%.

Apesar da média de expansão acima da economia, o governo chinês reconhecia haver um grande *gap* de proteção no país, refletido na relação da participação ínfima do setor em proporção ao PIB. Naquela altura, apenas 4% da população chinesa contava com algum tipo de seguro. Ou seja, 52 milhões de pessoas em um universo de 1,3 trilhão.

Em resposta a esse quadro, as autoridades chinesas, a exemplo do realizado em outras

atividades econômicas, davam continuidade à abertura para as gigantes do mercado segurador global, promovendo em especial *joint ventures* com empresas locais.

Também foram adotadas regras para o desenvolvimento de seguros de Danos e Responsabilidades, de Pessoas, planos de resseguros e distribuição. Tudo para enterrar de vez o consenso de que a China era um gigante adormecido no mercado de seguros, como afirmavam especialistas nos anos 1990.



META AMBICIOSA

A meta do governo chinês era ambiciosa: a partir de taxas de crescimento de dois dígitos entre diferentes ramos e modalidades – os seguros voltados para infraestrutura alcançavam alta anual média de 20% e os específicos para serviços, mais fechados à concorrência global, ao menos de 10% –, autorrealizar a profecia de ultrapassar a Coreia do Sul, que ocupava o segundo posto de maior da Ásia, e daí em diante se converter no quarto maior mercado em arrecadação de prêmios por volta de 2016.

Apesar do crescente interesse das estrangeiras, o mercado chinês apresentava grandes desafios após a gradual abertura nos anos 1980. A presença ainda das grandes seguradoras estatais chinesas era uma pedra no caminho, a ponto de as multinacionais responderem por apenas 7% dos prêmios – algo desproporcional ao número de estrangeiras presentes no mercado asiático, assinalava a reportagem.

No ramo Vida, eram 22 grupos internacionais, contra 17 chineses; em Ramos Elementares, 13 do total de 33 atuantes. Outro desafio identificado era a renda dos trabalhadores chineses. Considerada baixa, exigia preços reduzidos, jogando os resultados para baixo.

A íntegra da reportagem está disponível no Centro de Documentação e Memória do Mercado Segurador (CEDOM) da CNseg pelo link:

https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1834-ano87_abr_mai_jun_2006_n857.

CNSEG PARTICIPA DE TRÊS ENCONTROS MINISTERIAIS EM UMA SEMANA

Em um dos eventos, a diretoria da Confederação reuniu-se com o ministro Fernando Haddad e representantes da SPE, SER e Susep para discutir estratégias do setor.

Liderado por Dyogo Oliveira, o staff da CNseg participou de três encontros ministeriais entre o fim de janeiro e a primeira semana de fevereiro, reforçando a mensagem-chave de que o seguro é um instrumento que deve constar das políticas públicas do governo.

No dia 31 de janeiro, o grupo de executivos da Confederação reuniu-se em São Paulo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e representantes das secretarias de Política Econômica (SPE) e de Reformas Econômicas (SER) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Na pauta, propostas que ampliam a participação do seguro em atividades estratégicas, fortalecendo a resiliência e o desenvolvimento econômico. Como exemplo, ações de incentivos ao Seguro Rural, para fortalecer o agronegócio; em favor do Seguro de Crédito, para baixar a inadimplência com a oferta de novos mecanismos de garantia; e as soluções das seguradoras para a transição climática.

No encontro, o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, assinalou que o mercado oferece produtos essenciais para consumidores, empresas, produtores rurais e gestão de riscos climáticos — e cresce na casa dos dois dígitos a cada ano.

No caso do Seguro Rural, a ampliação da cobertura da área plantada depende do aumento da subvenção governamental para evitar perdas financeiras



significativas por quebras de safra, por exemplo. Também foi discutida a necessidade de ampliar a emissão de *green bonds* (títulos verdes) pelo Tesouro Nacional no mercado doméstico. Esses papéis atraem o interesse crescente das seguradoras, por estarem em linha com a proposta do mercado de impulsionar os projetos sustentáveis no País. Dyogo Oliveira classificou a conversa como “muito produtiva”.

A diretoria da CNseg se reuniu também com a ministra Marina Silva para apresentar propostas do setor segurador na mitigação de riscos climáticos. O encontro ocorreu no dia 3 de fevereiro, em Brasília. Entre as iniciativas, desta-

cam-se a criação de um banco de dados sobre desastres ambientais e a proposta de um Seguro Social de Catástrofe, que prevê pagamento automático de auxílio emergencial e parcerias com o governo para ampliar a resiliência climática.

A ministra demonstrou interesse na colaboração do setor no novo marco legal para emergências climáticas. A CNseg também apresentou o projeto “Casa do Seguro” para a COP30, reforçando o papel estratégico do setor na transição sustentável.

A terceira foi com o então ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, sobre iniciativas do setor que possam auxiliar o governo.

ATUALIZADO O GUIA DE BOAS PRÁTICAS SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Diante de novas tecnologias incorporadas pelo mercado nos últimos anos e de mais de 30 regulamentações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) publicadas até aqui, a CNseg apresentou, em dezembro de 2024, a atualização do seu “Guia de Boas Práticas do Mercado Segurador Brasileiro sobre a Proteção de Dados Pessoais”.

Lançado originalmente em 2019 e referência do mercado sobre práticas em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o guia reúne novos capítulos que tratam de tópicos como telemetria, decisões automatizadas, *privacy by design*, e os ecossistemas de *Open Insurance* e *Open Finance*, em linha com a evolução da regulamentação e da tecnologia.

O manual destaca regulamentos e orientações da ANPD e examina a

proteção de dados à luz do direito fundamental a partir da Emenda Constitucional nº 115/2022. Ainda no campo tecnológico, destaca cuidados necessários para uso da inteligência artificial generativa, da telemedicina e da análise preditiva, tendo em vista o compliance e a proteção ao consumidor.

Com a iniciativa, a CNseg ratifica que o guia não apenas auxilia as seguradoras a se adequarem às exigências regulatórias, mas também reforça o compromisso do setor com a transparência e a confiança do consumidor. O documento mostra-se como uma ferramenta essencial para que o mercado continue inovando de forma responsável, destaca a diretora Jurídica da CNseg, Glauce Carvalhal.

Afinal, os dados não são meramente acessórios, mas sim o alicerce da ope-



ração securitária, influenciando desde a precificação até a prevenção de fraudes. Além disso, o tratamento adequado dos dados contribui para a eficiência e a própria sustentabilidade.

CONSEGURO 2025, EM MAIO, DISCUTE QUATRO TEMAS ESTRATÉGICOS DO SETOR

A Conseguro 2025, um dos principais eventos do calendário da CNseg, discutirá quatro temas estratégicos para o mercado segurador: seu papel no enfrentamento da transição climática, o avanço da inovação e tecnologias de acesso ao mercado, as ações de educação para fortalecer a cultura de seguros, e o aperfeiçoamento regulatório. O en-

contro ocorrerá no dia 27 de maio, no World Trade Center (SP).

Os debates terão a participação de autoridades dos Três Poderes, lideranças setoriais e de executivos do setor segurador. **A programação completa e detalhes das inscrições podem ser conferidos no portal da CNseg (https://eventos.cnseg.org.br/eventos/evento/conseguro_2025/).**



CONSEQUÊNCIAS DA NOVA POLÍTICA ECONÔMICA AMERICANA

No longo prazo, as medidas podem comprometer o crescimento global e gerar instabilidades tanto nos países desenvolvidos quanto nos emergentes.

A política econômica adotada pelo governo de Donald Trump tem exercido uma forte influência sobre os mercados globais, impactando diretamente as taxas de juros e o comércio internacional. As medidas protecionistas e as mudanças nas tarifas de importação impostas afetam o crescimento econômico de diversos países, incluindo o do Brasil.

Isso ocorre porque o aumento das tarifas eleva os preços nos Estados Unidos, pressionando a inflação e consequentemente levando o Federal Reserve (Fed) a elevar as taxas de juros. Esse movimento se propaga globalmente, resultando em um cenário de aperto monetário em diversas economias, o que pode desacelerar a atividade econômica e tornar a condução da política monetária mais desafiadora.

A relação entre as taxas de juros americanas e as dos demais países é um fator determinante para a economia global. Quando os juros nos Estados Unidos sobem, investidores tendem a direcionar seus capitais para ativos americanos, reduzindo os fluxos financeiros para países emergentes. Como consequência, essas economias

No Brasil, um dos setores mais vulneráveis à guerra comercial de Trump é o de alumínio. Os EUA respondem por cerca de 25% das exportações brasileiras do produto.

precisam aumentar suas próprias taxas de juros para evitar a desvalorização de suas moedas e a fuga de investimentos. Esse cenário limita o crescimento econômico, pois o encarecimento do crédito desestimula tanto o consumo quanto os investimentos produtivos.

Além disso, a política tarifária adotada por Trump tem um impacto expressivo no comércio internacional. O aumento das tarifas reduz o volume de transações comerciais, afetando negativamente o Produto Interno Bruto (PIB) de diversas nações. No entanto, o Brasil tende a ser relativamente menos impactado nesse aspecto, pois seu principal parceiro comercial é a China. Com as barreiras impostas pelos Estados Unidos, as relações comerciais entre Brasil e China tendem a se intensificar, fortalecendo ainda mais a parceria econômica entre os dois países.

Outro fator relevante é o impacto das tarifas sobre a dinâmica do comércio exterior. Países em desenvolvimento que dependem fortemente do comércio internacional podem sofrer com a redução da demanda por seus produtos, o que pode impedir cortes nas taxas de juros nesses países. A China, por sua vez, tende a adotar medidas protecionistas em resposta às políticas americanas, pressionando ainda mais as taxas de juros globais e impactando o crescimento econômico de nações emergentes.

As tarifas impostas por Trump no comércio com o México e o Canadá foram adiadas para



março. Essas tarifas, além de provocar ameaças de retaliação por outros países, geram incerteza nos mercados, pois podem encarecer insumos e produtos globalmente. Essa elevação de preços tende a pressionar a inflação, reduzindo o poder de compra das famílias e dificultando o planejamento das empresas.

No Brasil, um dos setores mais vulneráveis à guerra comercial promovida por Trump é o de alumínio. Os Estados Unidos representam cerca de 25% das exportações brasileiras desse produto, que já enfrenta uma taxa de 10% para entrar no mercado americano. Com as novas ameaças de sobretaxas, a indústria brasileira de alumínio pode sofrer perdas significativas, reduzindo sua competitividade e participação naquele mercado.

A política protecionista dos Estados Unidos também traz consequências para a própria economia americana. Embora o aumento de tarifas possa gerar um crescimento econômico artificial no curto prazo, os efeitos de longo prazo tendem a ser prejudiciais. Um exemplo disso ocorreu no governo de George W. Bush em 2002, quando foram impostas tarifas sobre o aço. Na ocasião, houve retaliações comerciais e uma perda de

A China tende a adotar medidas protecionistas em resposta às políticas americanas, pressionando ainda mais as taxas de juros globais e impactando as nações emergentes.

aproximadamente 200 mil empregos em setores que dependiam da liga metálica, superando os empregos preservados na indústria siderúrgica.

Outro risco associado às tarifas protecionistas é o impacto inflacionário já mencionado. O aumento dos custos de importação pode elevar

os preços internos, reduzindo o consumo das famílias e pressionando os custos das empresas. Além disso, as retaliações comerciais por parte de outros países podem reduzir as exportações americanas, prejudicando o crescimento da economia dos Estados Unidos. Diante desse cenário, o Fed pode ser forçado a adotar uma política monetária mais cautelosa, restringindo ainda mais a expansão econômica.

Em suma, a nova política econômica americana, baseada no protecionismo e no aumento de tarifas, tem implicações que ultrapassam as fronteiras dos Estados Unidos. A elevação das taxas de juros, a retração do comércio internacional e os riscos inflacionários afetam economias ao redor do mundo, tornando o ambiente econômico mais incerto e desafiador.

No Brasil, embora a parceria comercial com a China possa amenizar parte dos impactos negativos, setores como o de alumínio podem ser fortemente prejudicados. No longo prazo, as consequências dessas políticas podem comprometer o crescimento global e gerar instabilidades que afetarão tanto os países desenvolvidos quanto os emergentes.

SINAIS DE RETOMADA DA ECONOMIA ANIMAM SEGURADORAS ARGENTINAS

O mercado segurador local encerra seu exercício financeiro em junho com perdas registradas nos principais indicadores, mas a tendência é positiva com inflação controlada em 2025 entre 20% e 25%.

Em meio à tensão social, a partir de recentes protestos liderados por aposentados contra o governo, há uma boa perspectiva de virada de chave da economia argentina neste ano: a profunda recessão pode ser substituída pela maior taxa de crescimento entre os países da América Latina. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BID) estão entre as entidades que concordam com a retomada forte da economia. Vale destacar, porém, que a base de comparação é baixa – o PIB de 2024, que deve ter tido queda de 3,4%, facilitaria o resultado de 2025.

De qualquer forma, a troca de viés é muito bem recebida pelos mercados, ainda que haja dúvidas se a recuperação será sustentável. O próprio presidente Javier Milei decretou o fim da recessão econômica em novembro, garantindo que os dias serão menos sofridos em 2025. Na avaliação de Milei, a retomada é uma

consequência do fim dos controles cambiais e da redução de impostos.

Dólar e inflação em queda são dois indicadores que poderão, segundo ele, melhorar a qualidade de vida da população, sobretudo dos mais pobres, afetados pelo ajuste promovido pelo presidente argentino. A pobreza é a maior em 20 anos, alcançando mais da metade da população. Já a inflação, cruel com o bolso das classes mais baixas, quase dobrou no início de seu governo, superando os 20% e desacelerando para 3,5% ao mês mais recentemente.

Os apoiadores dizem que essa queda se deve ao corte drástico de gastos públicos, ao passo que seus opositores dizem que a taxa não é sustentável. E, surpreendentemente, o peso – antes depreciado perante o dólar – exibe uma valorização recente, capaz de converter o país em um dos custos de vida mais altos. Entre as medidas incomuns, Milei planeja trocar o peso pelo dólar e fechar o Banco Central.

● ● ● DESAFIOS PROFUNDOS

O presidente da Associação Argentina de Companhias de Seguros (AACS), Gustavo Trías, assinalou que o primeiro ano do governo de Milei foi marcado por desafios profundos, mas também por avanços macroeconômicos que começam a redesenhar o cenário do país. A inflação, por exemplo, que ultrapassava 200% no final de 2023, desacelerou significativamente, fechando 2024 em 117,2%, com projeções otimistas para 2025 (20% a 25%). Em contrapartida, a pobreza atingiu níveis históricos antes de mostrar sinais de queda, evidenciando a complexidade da recuperação econômica.

Trías reconhece que o setor de seguros não ficou imune a essas oscilações. “O primeiro ano do governo Milei foi extremamente difícil, com o mercado financeiro fechado, déficits gêmeos e baixa governabilidade inicial. No entanto, al-



gumas questões fundamentais começaram a ser resolvidas, permitindo uma visão mais favorável para investimentos de longo prazo."

Sobre o desempenho do setor, ele lembra que o mercado argentino encerra seu exercício financeiro em junho de cada ano e, de acordo com dados do segundo semestre de 2024, houve um crescimento de 117% no volume de prêmios em pesos na comparação com o mesmo período de 2023, acompanhando a inflação.

Apesar disso, o setor registrou uma perda de 3,2% sobre os prêmios emitidos no período, reflexo do impacto do resultado financeiro negativo causado pela inflação elevada e pelo baixo retorno financeiro dos últimos anos.

"Em 2023, sofremos com problemas severos de liquidez, mas, em 2024, com a recuperação dos prêmios e a queda gradual da inflação, as seguradoras começaram a modificar essa tendência negativa. A estabilização econômica, portanto, pode proporcionar um ambiente



"Em 2023, houve problemas severos de liquidez, mas, em 2024, com a recuperação dos prêmios e a queda gradual da inflação, as seguradoras começaram a rever a tendência negativa."

Gustavo Trías, AACCS

mais favorável para o desenvolvimento do setor", destacou o presidente da AACCS.

Para Trías, há um novo cenário macroeconômico em construção. A valorização do peso, a redução do risco-país para o nível mais baixo dos últimos cinco anos e a queda da inflação criam um ambiente mais propício para os negócios, incluindo os de seguros.

Além disso, como o governo aposta na exploração de petróleo, gás, mineração e lítio para impulsionar exportações e reduzir a dependência de importações estratégicas, abrem-se novos nichos para as seguradoras argentinas.

"A consolidação de um modelo econômico com inflação controlada permitirá recuperar a confiança na moeda e estimular ramos e modalidades que hoje estão subdesenvolvidos, como o seguro de vida com poupança e previdência privada, que representa apenas 14% do mercado, enquanto em outros países supera 50%", explicou ele.



POTENCIAL DE EXPANSÃO

O crescimento econômico projetado para 2025, acima de 4%, deve impulsionar diferentes segmentos do mercado segurador. "Acreditamos que o setor crescerá organicamente, com destaque para os seguros de Automóveis, Propriedades, Obrigações e Responsabilidade Civil. Além disso, vemos uma oportunidade para fortalecer os seguros de Pessoas, que ainda têm grande potencial de expansão", ressaltou o presidente da AACCS.

Apesar da melhora nos indicadores, os desafios permanecem. O Microseguro, por exemplo, ainda não encontrou um modelo de desenvolvimento sustentável na Argentina.

"O mercado ainda não identificou o melhor canal de comercialização e os tipos de produtos adequados para essa modalidade. Além disso, a carga tributária elevada inviabiliza muitos produtos, dificultando a ampliação dessa cobertura essencial para os segmentos mais vulneráveis", assinalou.

Segundo Trías, o cenário para 2025 é promissor, mas exigirá adaptação e inovação por parte das seguradoras para acompanhar as transformações em curso.

MARCO LEGAL E LEI DAS COOPERATIVAS DEVEM IMPULSIONAR SEGUROS NO PAÍS

Regras ajudarão o mercado a atingir 10% do PIB, diz Susep. Seguradora terá 30 dias para indenizar cliente e seus contratos serão interpretados sempre da maneira mais favorável ao segurado ou ao beneficiário.

Duas leis aprovadas – a que criou o Marco Legal dos Seguros no final de 2024 e a que regulamentou o funcionamento das cooperativas de seguros e de grupos de proteção patrimonial mutualista no início de 2025 – prometem dar novo impulso ao mercado segurador. A expectativa da Susep é que os avanços propiciados pelas novas regras contribuam para o crescimento projetado no Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguros (PDMS), criado pela CNseg em parceria com a Fenacor para que o setor passe dos 6% atuais para 10% de participação do PIB até 2030.

O Marco Legal moderniza as normas de operação do mercado e suas relações com os clientes, prevendo regras claras para todos os contratos de seguros. Ele adota o modelo *dual* praticado nos países mais desenvolvidos, que combina o texto legal com a atuação da autoridade reguladora. Até então, o setor não tinha lei específica tratando do contrato de seguro e era basicamente regi-

do pelo Código Civil e pela Susep. As seguradoras terão um ano, a partir da publicação da lei (10 de dezembro de 2024), para adaptar os contratos.

Entre as principais novidades, a interpretação dos documentos elaborados pelas seguradoras, como propostas e contratos, será feita sempre da maneira mais favorável ao segurado, beneficiário ou terceiro prejudicado, se da interpretação resultarem dúvidas, contradições, obscuridades ou equivocidades. Por outro lado, o cliente terá de avisar de imediato o sinistro à companhia. Já o prazo para a recusa da proposta pela seguradora será de até 25 dias, em vez dos atuais 15. Depois disso, ela será considerada aceita. Se houver recusa, precisará ser justificada.

A diretora Jurídica da CNseg, Glauce Carvalho, afirma que “uma nova lei, como é natural, acarretará desafios que demandarão estudo, análise, interpretação para sua correta aplicação, diálogo entre os diferentes atores sociais e profundo sentido de cooperação. Tudo para que possamos concretizar os melhores resulta-

“Para as seguradoras, a nova legislação propicia um ambiente mais estável e previsível, com regras bem definidas que facilitam a elaboração de produtos e a gestão de riscos.”

Alessandro Octaviani, Susep



dos para toda a sociedade, consolidando a solvência, a sustentabilidade e a perenidade para o setor de seguros em prol da sociedade brasileira.”



AGRAVAMENTO DO RISCO

Sob pena de perda da garantia, o segurado não poderá agravar intencionalmente e de forma relevante o risco; se souber de algum agravamento significativo, terá que informar prontamente à seguradora, que poderá, no prazo de 20 dias, cobrar a diferença de prêmio ou, se não for tecnicamente possível garantir o novo risco, encerrar o contrato. Se houver redução relevante do risco, o valor do prêmio será reduzido proporcionalmente, ressalvado, na mesma proporção, o direito da seguradora ao ressarcimento das despesas realizadas com a contratação.

A lei altera a vigência do período em que o cliente pode processar a seguradora: o prazo prescricional agora começa na data da recusa da cobertura, não mais na data da ocorrência do sinistro.

O superintendente da Susep, Alessandro Octaviani, diz que o Marco Legal busca amenizar assimetrias, gerar confiança nas contratações e aumentar a demanda por seguro. Segundo ele, a lei pode impulsionar o setor de modo significativo, ampliando o acesso aos produtos de seguro, reduzindo os custos de transação e criando um ambiente mais propício a novos produtos e soluções, fruto de maior segurança jurídica.

“Para os clientes, isso se traduz em maior transparência nos contratos, ampliação da oferta de produtos mais inovadores e personalizáveis e acesso a serviços num mercado mais competitivo. Para as seguradoras, a nova legislação propicia um ambiente mais estável e previsível, com regras bem definidas que facilitem a elaboração de produtos e a gestão de riscos.” Os segmentos voltados para pequenos negócios, seguros de Responsabilidade Civil, Garantia, Rural, Habitacional e produtos Massificados devem ganhar espaço, afirma.



COOPERATIVAS

Já a lei sobre as sociedades cooperativas de seguros e as operações de proteção patrimonial mutualista cria a figura das administradoras de operações de proteção patrimonial mutualista. Com a fiscalização da Susep, elas vão gerir os interesses de associações de pessoas contra riscos repartidos via rateio de despesas (as cooperativas só podiam atuar com seguros Agrícolas, de Saúde e de Acidentes do Trabalho), exceto naqueles expressamente vedados em regulamentação específica editada pelo CNSP.

A medida atinge em cheio as associações de proteção veicular, que atuavam ilegalmente. No final de 2024, havia mais de três mil APVs, gerando evasão de impostos e riscos ao cliente, pois não mantinham reserva mínima para indenizações. Elas terão seis meses, a partir da publicação da lei (16 de janeiro de 2025), para se adaptar, começando pela regularização na Susep, ou deverão cessar suas atividades.

“TEM SEGURO DE...?”

[Por: Vagner Ricardo

Fotos: Divulgação, Banco de Imagens]

CHUVAS CAUSAM ENXURRADA DE PEDIDOS DE INDENIZAÇÃO POR DANOS A VEÍCULOS

● ● ● Uma cena recorrente: carros boiando nas enchentes, carregados pelas águas em meio a entulhos e severamente danificados durante chuvas intensas nas grandes metrópoles. Fica a pergunta: “Meu seguro de automóvel cobre essas perdas?” A resposta é... depende da apólice contratada.

Antes, vale lembrar que as enxurradas se espalham democraticamente pelas cidades, e a perspectiva é de que os cenários de caos se tornem ainda piores entre 2025 e 2034, segundo estudo recente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O levantamento aponta que São Paulo e Rio de Janeiro — os principais estados na venda do seguro de automóvel — devem conviver com aumento entre 20% e 30% nas ocorrências de tempestades severas.

“Cabe aos segurados revisar as cláusulas gerais de suas apólices ou inquirir seus corretores para conferir se a cobertura para enchentes/alagamentos está entre as garantias previstas”, lembra Keila Farias, vice-presidente da Comissão de Automóveis da FenSeg. Caso não esteja, é melhor estudar a possibilidade de acrescentá-la entre as coberturas do seu automóvel, sugere ela.

Na maioria das vezes, o seguro Auto, se completo, cobre os riscos oriundos das enxurradas, mas há o risco de essa proteção não constar nos produtos mais simplificados — aqueles para os quais os segurados selecionam apenas coberturas básicas, como roubo ou furto, para reduzir o peso do seguro no orçamento.

Atualmente, há parcelas crescentes de segurados que optam por seguros mais



simples, mas também existe a opção de, a qualquer momento da vigência do contrato ou na sua renovação, solicitar a inclusão de novas coberturas, principalmente as relacionadas às mudanças climáticas.

● ● ● IMPRUDÊNCIA PUNIDA

Outros cuidados precisam ser adotados pelos segurados que se deparam com enchentes ou alagamentos inesperados, acrescenta Keyla Farias, em vídeo disponível no site da FenSeg. Afinal, o comportamento do segurado poderá definir o aceite ou a recusa do pedido de indenização pela seguradora no caso de enchentes.

Durante as chuvas fortes, o motorista deve agir para evitar o sinistro, garantindo a própria segurança e mitigando danos ao automóvel. Entre as ações recomendadas estão: buscar rotas alternativas para evitar pontos de alagamento e procurar locais altos para estacionar ao perceber risco de inundação.

"O agravamento de riscos, quando caracterizado, invalida o pagamento da indenização."

Keila Farias, FenSeg

Em hipótese alguma, o motorista deve tentar atravessar áreas alagadas, pois a força e a profundidade da água podem selar a sorte do veículo, agravando as perdas. Uma dica é deixar o carro no local e acionar a seguradora — que pode recusar o pagamento da indenização se o segurado contribuir para o sinistro. “O agravamento de risco, quando caracterizado, invalida o pagamento da indenização”, adverte Keila Farias.